

---

**Grupo AMaggi**  
**Projeto de Expansão**  
**Programa de Consulta e Divulgação Pública (PCDP)**

---

**Junho 04**

## **Programa de Consulta e Divulgação Pública (PCDP)**

### **Índice**

#### **Resumo Executivo**

- a. Introdução**
- b. Regulamentação e Requisitos**
- c. Revisão da Consulta e Divulgação Prévia**
- d. Partes Interessadas (*stakeholders*)**
- e. Programa de Consulta e Divulgação Pública**
- f. Cronograma**
- g. Recursos e Responsabilidades**
- h. Procedimentos para Reclamações**
- i. Relatório**

## **Grupo AMaggi**

### **Projeto de Expansão**

### **Programa de Consulta e Divulgação Pública (PCDP)**

---

Junho 04.

#### **Resumo Executivo**

Esse documento e seus anexos descrevem o Programa de Consulta e Divulgação Pública (PCDP) que a AMaggi Exportação e Importação Ltda. (AMaggi) empreende como parte de seu segundo projeto de investimentos com a International Finance Corporation (IFC), entidade de investimento do setor privado do Grupo Banco Mundial. Também fornece informações complementares sobre a AMaggi e o seu Sistema de Gestão Ambiental, Social e de Saúde e Segurança do Trabalho, especificamente em relação aos procedimentos que são diretamente relevantes para o monitoramento e correção dos impactos e riscos indiretos do projeto.

Atendendo à orientação do IFC sobre as melhores práticas para a realização de consulta pública e divulgação, esse documento inclui as seções listadas abaixo. Como um todo, estas seções descrevem os processos de consulta e divulgação empreendidos até hoje, e os esforços a partir de junho-agosto de 2004 de comunicação com as partes interessadas (*stakeholders*) em áreas específicas do projeto<sup>1</sup>.

- **Introdução – Descrição do projeto AMaggi sob análise pelo IFC.** O projeto específico prevê a construção de novas secadoras e silos de armazenagem para a colheita da soja, e capital de giro. Parte do novo capital será empregado no financiamento de sementes, plantio e insumos (fertilizantes, etc.) para as futuras plantações de soja, e parcialmente usado para refinarar débitos existentes de curto prazo por prazos maiores de amortização.
- **Regulamentação e Requisitos –** Esta seção apresenta um resumo tanto dos requisitos regulamentadores da legislação brasileira, a nível federal e estadual, sobre divulgação de informações referentes a projetos similares, como também as políticas e diretrizes sociais e ambientais do Banco Mundial com as quais a AMaggi deve estar conforme durante suas operações.
- **Revisão das atividades de consulta e divulgação prévias já empreendidas pelo Banco Mundial e pela AMaggi.** Inclui-se a publicação dos sumários de avaliação ambiental (Environmental Review Summary - ERS) para este e outros projetos feitas no website InfoShop do Banco Mundial, a publicação deste e de outros documentos no local das comunidades afetadas e os esforços empreendidos pela AMaggi para trabalhar junto

---

<sup>1</sup> Projected public consultation meetings are anticipated for Rondonópolis, Sapezal, Cuiaba, Querencia, and Sorriso.

com todas as partes interessadas (*stakeholders*) locais, ONGs, comunidades, produtores de soja, etc.

- Partes Interessadas (*stakeholders*) – Apresenta uma listagem das principais partes interessadas (*stakeholders*).
- Proposta de Programa de Consulta e Divulgação Pública. Esta seção apresenta uma série de reuniões públicas a serem feitas pela AMaggi nos meses de junho, julho e agosto de 2004, nas cidades de Cuiabá, Rondonópolis, Sapezal, Querência e Sorriso. Esse documento, e anexos, traz informações detalhadas sobre os esforços da AMaggi de efetivamente gerenciar as questões sociais e ambientais não apenas em suas próprias fazendas, mas também nas propriedades para as quais a AMaggi oferece crédito (pré-financiamento). Além disso, os anexos do documento trazem informações detalhadas sobre o Sistema de Gestão Ambiental e Social, e sua aplicação para garantir conformidade com a regulamentação nacional e diretrizes internacionais pertinentes, e promover o cultivo, colheita e transporte sustentáveis da soja.
- Cronograma – Listagem das reuniões públicas propostas e locais onde a documentação de apoio sobre a AMaggi, suas atividades e o projeto podem ser obtidas antes das reuniões, assim como a programação destas.
- Recursos e responsabilidades – Esta seção traz uma descrição de quem, na AMaggi, participa da preparação da informação para divulgação antes das reuniões públicas, e dos indivíduos, na Amaggi e em outras organizações, que irão participar das reuniões.
- Procedimentos para Reclamações – Esta seção detalha o sistema que a AMaggi estabeleceu como parte de seu sistema de Gestão Ambiental e Social, e que pode ser usado por pessoas potencialmente afetadas pelo projeto para manifestar reclamações. Além disso, discute os meios através dos quais essas pessoas poderão expressar suas preocupações durante e depois das reuniões públicas de divulgação;
- Relatórios - Esta seção descreve onde e como serão relatados os resultados da consulta e divulgação pública aqui descritos.

## a. Introdução

O Projeto consiste em um programa de investimento para 2004-2005 que permitirá a AMaggi Exportação e Importação Ltda. (AMaggi), uma empresa de Mato Grosso, Brasil, de comercialização, esmagamento e exportação de soja, expandir seus negócios referentes à soja (Ver informação detalhada sobre a AMaggi no **Anexo I**). Como produtora, comercializadora e fornecedora de crédito agrícola a produtores de soja, a empresa tem um papel importante no desenvolvimento agrícola da região centro-oeste do Brasil. (Ver no **Anexo II** uma descrição do Sistema de Gestão Ambiental e Social – SGAS que a AMaggi desenvolveu e tem implementado para organizar seus esforços para atender a uma miríade de regulamentações ambientais e sociais vigentes no Brasil e às políticas e diretrizes do IFC e do Banco Mundial). O programa de investimento abrange a construção de novas secadoras para a soja e silos de armazenagem no estado de Mato Grosso (MT), onde a empresa tem suas principais atividades, assim como garantir capital de giro.

O projeto auxiliará a empresa a dar continuidade ao desenvolvimento de sua abordagem de boas práticas ambientais, sociais e de saúde ocupacional através do maior desenvolvimento e contínua implementação de seu Sistema de Gestão Ambiental e Social – SGAS. Um elemento desse programa é a execução de uma vistoria de *due diligence* ambiental nas lavouras, operações e práticas em uso, feita ao estender financiamento aos produtores de soja. Através desse programa, e de sua análise sobre a defasagem entre as práticas em uso e as desejáveis, as práticas sustentáveis mantidas pela empresa em suas próprias operações estendem-se a uma base mais ampla de agricultores e têm um efeito multiplicador (ver relatório de situação desse Programa no **Anexo III** e também o documento intitulado *Perfil Ambiental dos Produtores Pré-Financiados* descrevendo indicadores ambientais consolidados para a carteira de produtores financiados da AMaggi na safra de 2003 – 2004 no **Anexo IV**). Através desse programa, o SGAS também contribuirá para detalhar o diagnóstico (*due diligence*) ambiental e social das atividades pré-financiadas, contribuindo com informações úteis ao controle da expansão agrícola no centro-oeste do Brasil.

O *Padrão Ambiental para Fazendas de Soja* da AMaggi está no **Anexo V**. Este é um abrangente manual de boas práticas que será divulgado junto a produtores pré-financiados como parte de um Programa de Educação e Treinamento Ambiental. Com esta estratégia, a AMaggi busca influir positivamente nos indicadores ambientais de sua carteira de produtores pré-financiados. O sucesso será comparado aos indicadores básicos correspondentes à safra de 2003-2004 (**Anexo IV**). Esses indicadores serão divulgados pela website da AMaggi, com atualização anual.

Dentre as atividades complementares específicas para a continuidade do desenvolvimento dos programas de gestão ambiental e social a serem empreendidos como parte do projeto, relacionam-se as seguintes:

- Expansão do escopo do atual SGAS e programas de implementação existentes. Isso inclui o desenvolvimento de novos procedimentos de gestão de contatos com as partes interessadas (*stakeholders*); desenvolvimento e implementação de programas de treinamentos ampliados para funcionários da AMaggi diretamente envolvidos com fazendas para as quais a AMaggi fornece pré-financiamento; coleta e publicação de resultados das auditorias de campo para lavouras pré-financiadas.
- Conclusão da obtenção de licenciamento ambiental através da Lei Ambiental Unificada (LAU), para todas as suas fazendas, incluindo o atendimento a todos os requisitos estaduais de conservação.
- Preparação das avaliações ambientais necessárias para as instalações adicionais a serem construídas (secadoras e silos de estocagem). As avaliações ambientais identificarão impactos previstos resultantes da localização, construção e operação de novas instalações, assim como apresentarão uma listagem das respectivas medidas de mitigação e cronograma de implementação para essas medidas de mitigação. Além disso, as informações consolidadas decorrentes do programa de consulta e divulgação pública descrito neste documento deverão ser usadas para avaliar impactos de projetos propostos e mitigá-los como parte da implementação do projeto.
- Implementar um Programa de Segurança nos Transportes para reduzir o risco de acidentes no transporte de materiais e colheita.
- Instalar sistemas de controles de poluição do ar para a caldeira da Usina de Cuiabá para atender aos parâmetros de emissão impostos pela exigências nacionais e internacionais.
- Obter uma certificação aceita internacional para o SGAS existente (por exemplo, ISO-9001 e/ou ISO 14001).
- Expandir o departamento ambiental, social e de saúde e segurança ocupacional, de modo a incluir um especialista em desenvolvimento social/comunitário que desenvolva um Plano de Trabalho de Programas Sociais e produza e publique um Balanço Social.

#### **b. Regulamentação e Requisitos**

O processo de divulgação e consulta pública, que é legalmente exigido como parte dos procedimentos de licenciamento ambiental, varia de acordo com o porte e as características do projeto.

A legislação ambiental vigente no Brasil prevê, dependendo do porte e dos impactos previstos para os projetos, a realização de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que deve cumprir com certos requisitos de divulgação específicos, incluindo um processo de realização de audiências públicas. Essas atividades de audiências e interface com o público são executadas previamente e como condição para a obtenção de uma Licença Ambiental Prévia, e são parte do processo de revisão e avaliação dos projetos. Não há exigências de audiências públicas durante as fases de licenciamento de Instalação e Operação.

Nenhum dos projetos do programa de expansão da AMaggi requer um EIA. Entretanto, a legislação a nível federal e estadual exige divulgação pública (através de jornal) quando da solicitação, em cada um dos três estágios do procedimento de licenciamento (Licença Prévia, de Instalação e de Operação). Armazéns e fábricas incluídos no programa de expansão serão submetidos a esse processo.

A legislação federal sobre licenciamento ambiental inclui as Resoluções do CONAMA N<sup>os</sup> 01/86 e 237/97. A legislação estadual inclui as Portarias N<sup>os</sup> 129/96 e 085/96.

Não existem outras exigências legais sobre procedimentos de divulgação e/ou consulta pública.

Além das exigências legais mencionadas, este Programa de Consulta e Divulgação Pública atenderá às diretrizes no Banco Mundial / IFC sobre esse tema, particularmente à diretriz de junho de 2002 sobre divulgação de informação.

### **c. Revisão de Consulta Pública e Divulgação prévias**

Como parte da avaliação do projeto feita pelo IFC, e para garantir a transparência de transações de empréstimo propostas, um Sumário de Revisão Ambiental (*Environmental Review Summary - ERS*) e outros documentos associados foram publicados no *InfoShop* do Banco Mundial ([www.worldbank.org/InfoShop](http://www.worldbank.org/InfoShop)) a partir de 20 de Abril de 2004 (ver **Anexo VI**).

Os anexos ao Sumário de Revisão Ambiental publicado incluem um plano de ação definindo atividades complementares de gestão ambiental que são parte integrante do projeto e uma tabela resumindo as áreas de conservação nas fazendas da AMaggi e a situação das licenças - LAU para as terras cultivadas da empresa.

Uma vez publicadas no *website InfoShop* do Banco Mundial, os documentos de divulgação ficam disponíveis para o público indefinidamente. Esses documentos incluem o Sumário de Revisão Ambiental publicado em maio de 2002 para o primeiro investimento do IFC para a AMaggi.



Objetivando a divulgação a nível local para a comunidade das áreas potencialmente afetadas pelos componentes do projeto, o Sumário de Revisão Ambiental e documentos associados referentes ao segundo investimento foram traduzidos para o português e estão disponíveis nas sedes das prefeituras em Sapezal, Itacoatiara e Rondonópolis, no período de 20 de maio a 24 de junho de 2004. A existência e disponibilidade desses documentos e uma explicação de sua origem e objetivo foi publicada em anúncios de jornais locais.

Uma ampla e extensa divulgação local ocorrerá nessas cidades entre 02 de julho e 02 de agosto de 2004. Anúncios em jornais locais e a disponibilização desses documentos nas sedes das prefeituras serão feitos em Cuiabá, Primavera do Leste e Sorriso, também entre 02 de julho e 02 de agosto de 2004. Dessa forma, a divulgação cobrirá as localidades mais representativas das áreas de atuação da AMaggi.

A partir de 2002, a AMaggi criou e implementou um Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS). Funcionários da gerência ambiental e um serviço de atendimento de reclamações estão disponíveis permitindo ao público interagir com a AMaggi. A implementação do SGAS pela AMaggi é um exemplo da intenção da empresa de gerir suas operações de forma responsável. Além disso, a AMaggi é receptiva a comentários sobre suas atividades relacionadas ao SGAS descritas no documento intitulado “*Perfil Ambiental dos Produtores Pré-Financiados*” disponibilizado a partir de 05 de julho em seu *website*. ([www.amaggi.com.br](http://www.amaggi.com.br)).

Conforme descrito nesse Programa, a AMaggi está realizando consultas públicas e reuniões de divulgação em várias localidades onde a empresa opera. Essas reuniões, além dos contatos da AMaggi para atendimento a reclamações e consultas (Ocimar Vilella, Coordenador Ambiental; Telefone: 66-411-3105; e-mail: [meioambiente@grupomaggi.com.br](mailto:meioambiente@grupomaggi.com.br) ou [www.grupomaggi.com.br](http://www.grupomaggi.com.br)) devem servir como canais adequados para levantar e discutir preocupações adicionais sobre o projeto. Comentários e preocupações emitidas sobre o projeto serão publicados no *website* da AMaggi ([www.amaggi.com.br](http://www.amaggi.com.br)).

Esse programa de reuniões públicas dá continuidade ao processo pró-ativo que a AMaggi tem empreendido nos últimos anos para buscar estabelecer contatos com a sociedade civil. Entre esses esforços anteriores e atuais estão: participação dos Debates Soja – Ambiente, em WB; reunião WWF sobre soja em Brasília; debate internacional sobre soja com WWF em Londres; Reunião Pública promovida pela AMaggi, dia 29 de junho, intitulada “*Sustentabilidade na Agro-Pecuária*”, a realizar-se no Auditório da AMaggi em Rondonópolis; visitas de campo com funcionários do *The Nature Conservancy (TNC)* e do Instituto Sócio-Ambiental (ISA) e estabelecimento de um acordo de cooperação com o IPAM/*Woods Hole Research Center* e a Universidade de Yale para estudar impactos na área da fazenda Tanguro.

As iniciativas complementares da AMaggi para estabelecer canais de comunicação com os produtores em suas operações incluem uma iniciativa recente. Como parte do programa para efetuar um diagnóstico (*due diligence*) ambiental na ocasião do pré-financiamento de produtores, 480 dos 495 produtores que receberam financiamento durante a safra de 2003-2004 foram entrevistados sobre vários aspectos, variando desde o atendimento à legislação até as práticas de gestão ambiental aplicadas.

No total, esse esforço envolveu inspeções pelos gerentes regionais da AMaggi junto com estudantes treinados do Departamento de Agronomia da Universidade Federal do Mato Grosso, de uma área de lavoura total de 1.094.160 hectares (10.941 Km<sup>2</sup>), equivalente a 7,2 vezes a área da cidade de São Paulo. Essas entrevistas incluíram consultas sobre o eventual interesse e receptividade em relação a um treinamento ambiental e/ou assistência técnica geral em assuntos ambientais, que mostrou-se extremamente favorável. A Amaggi planeja executar esse treinamento como parte dos procedimentos com produtores financiados sob a SGAS, implementando-o durante a safra de 2004-2005. Os resultados desse esforço de inspeção/consulta estão resumidos no documento intitulado “*Perfil Ambiental dos Produtores Pré-financiados*,” disponibilizado no *website* da Amaggi a partir de 5 de julho.

#### **d. Partes Interessadas (*Stakeholders*)**

Grupos muito diversificados têm interesse no projeto e serão convidados a participar de reuniões como parte do processo de consulta.

Um grupo de interessados (*stakeholders*) é formado por órgãos oficiais do setor público, diretamente responsáveis pela proteção do meio ambiente e/ou dos grupos indígenas na área de influência do projeto. Entre esses estão:

- FEMA – Fundação Estadual de Meio Ambiente – Mato Grosso
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

Governos locais e associações de bairros serão contatados nas localidades onde haverá evento de divulgação:

- Prefeitos dos municípios e autoridades municipais.
- Organizações locais, organizações de bairro, etc.
- Professores das escolas locais

Entre as partes interessadas diretamente envolvidas na produção de soja estão:

- Sindicato dos Produtores Rurais
- Sindicatos de Trabalhadores Rurais.
- Agricultores locais

Entre as instituições regionais de pesquisa e universidades serão convidadas:

- Universidade Federal de Mato Grosso
- Fundação Mato Grosso
- EMATER – serviço de extensão rural do Mato Grosso
- Museu Emilio Goeldi

Organizações não-governamentais nacionais e internacionais com interesse direto no projeto ou em sua área de influência serão contatadas. Entre essas estão pelo menos as seguintes:

- Internacionais:
  - World Wildlife Fund - WWF
  - The Nature Conservancy – TNC
  - Conservation International - CI
  - The Rainforest Alliance
  - Friends of the Earth (FOE)
- Locais / Nacional:
  - Instituto Sócio-Ambiental - ISA
  - Instituto de Proteção da Amazônia - IPAM
  - IMAFLORA
  - Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental - ARPA
  - PROJETO VIDA
  - Outras ONGs ativas em Cuiabá

Instituições Financeiras Internacionais, incluindo pelo menos:

- Banco Mundial
- Rabobank

Empresas preocupadas com diretrizes ambientais ou com padrões mínimos para aquisição ou financiamento de produção de soja.

- UNILEVER
- Outras

Imprensa local e regional

### **e. Programa de Consulta e Divulgação Pública - PCDP**

Os principais objetivos do Programa de Consulta e Divulgação Pública - PCDP são:

- Dar ampla divulgação aos planos de expansão da AMaggi, com ênfase na construção de novas secadoras e armazéns e outros investimentos de capital em áreas onde o Grupo já está ativo ou em outras áreas;
- Apresentar o SGAS do Grupo, explicando as diretrizes ambientais e sociais e processos de avaliação a serem aplicados em operações futuras;
- Permitir que a população local em geral e produtores, ONGs e a comunidade científica em particular, tenham a oportunidade de conhecer e se manifestar sobre a expansão planejada, de maneira a que todas as sugestões e críticas sejam consideradas durante as fases de planejamento e implementação do plano de expansão.

Para atingir esses objetivos, o PCDP inclui mecanismos para garantir que todas as partes interessadas (*stakeholders*) sejam corretamente informadas, e que os seus respectivos interesses sejam considerados de forma equilibrada, e que um canal contínuo de troca de informações seja estabelecido. Assim, as atividades de consulta e divulgação descritas abaixo devem ser entendidas como um componente permanente do SGAS da AMaggi.

### **Métodos de Divulgação**

Considerando as características regionais, são os seguintes os meios de comunicação escolhidos:

#### **1. Website da AMaggi**

O website do Grupo contém informações sobre todas as áreas de atividade assim como uma descrição das diretrizes de gestão ambiental. Em relação, especificamente, ao SGAS, o documento intitulado “*Perfil Ambiental dos Produtores Pré-Financiados*” (**Anexo IV**) e o Padrão Ambiental para Lavouras de Soja da AMaggi (**Anexo V**) estão disponíveis no seu *website* a partir de 05 de julho.

O *site* tem uma janela de contato para encaminhamento de dúvidas e reclamações. Nas reuniões de consulta pública a serem realizadas, o endereço do *site* e a janela de contato serão sempre divulgados.

## 2. Imprensa local e regional

Devido à dispersão geográfica das atividades da AMaggi, que cobre vastas regiões do estado do Mato Grosso, assim como áreas dos estados de Rondônia e Amazonas, será importante fazer uso de jornais tanto locais como regionais.

Notas informativas (*press releases*) descrevendo os planos de expansão também mencionarão aspectos chave do SGAS e das diretrizes ambientais e/ou medidas de mitigação a serem adotadas durante o planejamento e a implementação das atividades. Isso exigirá apoio especializado de uma empresa de relações públicas que trabalhe de modo bastante próximo à equipe de gestão ambiental da AMaggi, de forma a garantir que aspectos técnicos sejam corretamente descritos em linguagem simples e acessível, garantindo pronto esclarecimento das perguntas dos jornalistas e fornecendo esclarecimentos sempre que necessário.

## 3. Rádios Locais

As rádios locais serão usadas principalmente para divulgar o horário e local das reuniões públicas de consulta. Elas são a forma mais eficaz de atingir trabalhadores rurais e segmentos com menor nível de alfabetização nas comunidades. A divulgação por rádio deverá ser programada para a semana anterior a cada reunião de consulta pública.

## 4. Apresentações durante Reuniões de Consulta Pública

As reuniões de consulta pública planejadas (ver abaixo) servirão não somente como uma forma de diálogo com as partes interessadas, mas também como uma oportunidade de divulgar informações sobre o SGAS da Amaggi, suas diretrizes ambientais e estratégias em relação a produtores pré-financiados.

## 5. Participação em *workshops* e Seminários sobre o Agronegócio da Soja e seus Impactos Ambientais e Sociais

Conforme descrito acima, essa é uma atividade contínua. A participação em *workshops* e seminários continuará a ser usada como forma de divulgar as estratégias ambientais e o SGAS da AMaggi.

## 6. Folhetos e Prospectos Institucionais

Os programas ambientais e sociais estarão sempre em destaque no material institucional impresso da AMaggi. Nesse contexto, vale observar que a AMaggi está preparando Balanços Sociais para os anos de 2003 e 2004 e vai divulgá-los em breve.

## **Métodos de Consulta Pública a Serem Empregados**

### **Reuniões de Consulta Pública**

Várias reuniões de consulta pública foram programadas e serão usadas pela AMaggi como forma de divulgar informações e, mais importante, receber comentários, críticas e/ou sugestões de comunidades locais e partes interessadas (*stakeholders*).

A seleção dos locais dessas reuniões baseou-se, por um lado, na proximidade com as principais áreas da Amaggi para expansão futura e, por outro, na facilidade de acesso, para garantir a participação do maior número possível de interessados. Quatro das cidades selecionadas – Rondonópolis, Querência, Sorriso e Sapezal - são centros regionais de importância estratégica para a AMaggi. No caso das reuniões programadas para Cuiabá, a capital do estado, espera-se maior participação da comunidade científica e de ONGs nacionais e internacionais.

As reuniões serão estruturadas em duas partes. A primeira consistirá de uma apresentação das operações atuais da AMaggi, do projeto de expansão planejado e do SGAS; e dentro dele, especificamente, o programa de diagnóstico (*due diligence*) com produtores pré-financiados. Os resultados do levantamento ambiental com produtores que receberam financiamento durante a safra de 2003-2004 serão detalhados e irão contextualizar a apresentação do *Padrão Ambiental para Fazendas de Soja*. Essa apresentação, que dura cerca de uma hora, terá apoio de recursos audiovisuais e usará uma linguagem acessível, não técnica.

Após a apresentação, a segunda parte das reuniões consistirá de uma sessão aberta de perguntas e respostas. Serão coordenadas de modo a permitir que todos os interessados presentes possam manifestar sua opinião pelo menos uma vez. A duração total das reuniões de consulta pública deverá ser de duas horas e meia.

As reuniões serão documentadas de modo organizado, permitindo que haja um registro escrito de todas as queixas, críticas e/ou sugestões. Além de manifestar oralmente suas opiniões, os interessados poderão, caso desejam, fazer um registro por escrito das mesmas em um livro que estará disponível no final da reunião.

Conforme mencionado, a ampla divulgação do local e horário das reuniões deverá ocorrer através de rádios e jornais locais. Todos os interessados ou grupos de interessados citados neste PCDP receberão convites individuais com antecedência.

## f. Cronograma

O cronograma das reuniões de consulta pública, feito de forma a cobrir todas as regiões estratégicas para o projeto de expansão da AMaggi, é apresentado abaixo.

Data	Local
08 de julho	Querência
13 de julho	Cuiabá
20 de julho	Sorriso
12 de agosto	Sapezal

O seminário agendado para o dia 29 de junho em Rondonópolis, durante o qual o WWF irá tratar de técnicas agrícolas sustentáveis, será usado para divulgar informações sobre esse PCDP e a programação das reuniões públicas.

Além das reuniões acima citadas, discussões iniciadas no *workshop* realizado em fevereiro de 2004, reunindo a AMaggi, ONGs e o IFC, deverão ter continuidade com um segundo e terceiro encontro, a serem agendados durante o segundo semestre de 2004. Esses *workshops* objetivam o estabelecimento de uma agenda de reuniões periódicas futuras entre a AMaggi e as partes interessadas (*stakeholders*) visando a produção sustentável da soja.

## g. Recursos e Responsabilidades

A implementação do PCDP será coordenada pela equipe de gestão ambiental da AMaggi, com apoio logístico dos gerentes regionais quando necessário, principalmente nas regiões onde haverá as reuniões públicas.

A própria área de relações públicas da AMaggi estará envolvida na preparação de convites, resumos para a imprensa e contatos com as partes interessadas (*stakeholders*). Uma empresa especializada em relações públicas será contratada para coordenar a divulgação a nível nacional (*press releases*) e gerenciar as relações com a imprensa regional e nacional, assim como para auxiliar a AMaggi no detalhamento do processo de consulta e divulgação.

Um orçamento detalhado está sendo preparado e será concluído até 05 de julho. Preliminarmente, foram alocados R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

## h. Atendimento a reclamações

O SGAS da AMaggi inclui um Programa de Comunicação e Divulgação. Esse Programa exige que cada fazenda, armazém, fábrica ou unidade produtiva instale em local visível um cartaz contendo informações de contato para críticas e reclamações (nome do gerente regional encarregado da unidade, nome do gerente SGAS, telefone, fax, endereço, etc.). As reclamações podem ser encaminhadas também através do *website* da AMaggi. ([www.amaggi.com.br](http://www.amaggi.com.br)).

Todas as reclamações serão analisadas pelas áreas envolvidas e enviadas à equipe de gestão ambiental que deverá respondê-las em no máximo 30 dias. Uma cópia do Procedimentos para Reclamações do SGAS está incluída no **Anexo VII**.

#### **i. Relatório**

As informações recebidas nas reuniões de divulgação e consulta programadas no estado do Mato Grosso nos meses de julho e agosto serão compiladas e publicadas no *website* da AMaggi ([www.amaggi.com.br](http://www.amaggi.com.br)) em um prazo de até 30 dias após a realização da última reunião de consulta pública. As informações complementares geradas pelos interessados após as reuniões de consulta pública e que forem encaminhadas a AMaggi através do procedimento para reclamações (ver **Anexo VII**) serão incorporadas ao bojo do relatório com todas as informações coletadas ao longo do processo de consulta.

Esses resultados serão também incluídos no Relatório Anual de Monitoramento do Desempenho Ambiental e Social apresentado ao IFC no final de cada ano financeiro.

O investimento de capital no escopo do projeto de expansão é direcionado principalmente para secadoras e armazéns para soja. As avaliações ambientais necessárias para cada uma dessas instalações considerarão as colaborações e sugestões feitas nas reuniões públicas. Esses dados e preocupações, além de sugestões para o projeto, serão avaliados e incorporados aos estudos ambientais das instalações e considerados no desenvolvimento das medidas de mitigação que serão geradas como parte desses estudos.



---

## **Anexo I**

### **Resumo das Atividades da AMaggi**

---

## Anexo 01

### Resumo das Atividades da AMaggi

O Grupo AMaggi possui 15 fazendas no estado do Mato Grosso com área total de 177.445 ha. (conforme tabela abaixo). Também arrenda outras duas fazendas com área total de 49.805 ha.

Além das fazendas exploradas, o Grupo possui 3 fazendas de compensação ambiental (complementação de área de reserva legal), com área total de 13.236 ha.

#### Fazendas Próprias

Fazenda	Área (ha)	Condição Dominial
SM-5	3.618	Própria
Promissão	156	Própria
Ponte de Pedra	3.491	Própria
SM-6 e SM-1	5.130	Própria
Tucunaré	43.199	Própria
SM-3	1.605	Própria
SM-2	1.585	Própria
SM-4	825	Própria
Juruena	500	Própria
Sapezal	11.174	Própria
Alvorada do Norte	105	Própria
Água Quente	1.260	Própria
Tanguro	81.348	Própria
Esperança	2.955	Própria
Agrosam	20.494	Própria em Sociedade – 50%

A soja constitui-se na principal cultura. Além da soja, o grupo cultiva milho, milheto e pastagens para criação de gado de corte, contando atualmente com um rebanho de aproximadamente 1.500 cabeças. Possui também uma unidade de suinocultura com 630 matrizes na fazenda SM2 em Ronodonópolis. Periodicamente, dependendo das necessidades de rotação de cultivos, planta-se algodão. A produção de algodão é pouco significativa no contexto geral, tendo-se limitado a 21.500 ton (algodão pluma) em 2003.

Existe uma pequena área de irrigação (de aproximadamente 460 ha na fazenda SM3 no município de Itiquira). Não existe irrigação nas outras fazendas do Grupo.

Além de produção própria o grupo adquire soja de terceiros, pré-financiando, através do fornecimento de adubo e sementes, a produção de parte dos produtores.

Não existe uso ou cultivo de produtos geneticamente modificados nas fazendas do Grupo ou em áreas de terceiros cuja produção é adquirida.

No ano de 2003 o Grupo AMaggi comercializou 2.400.000 toneladas de soja, sendo 350.000 (14,6 %) produzidas nas fazendas próprias ou arrendadas e o restante adquirido de terceiros. Foram comercializadas também 13.350 ton de sementes, produzidas nas fazendas próprias ou adquiridas em áreas de terceiros quando rigorosamente dentro dos padrões de qualidade necessários.

A produção de milho se limitou a 210.000 ton, sendo 3.300 ton consumidas na suinocultura.

O grupo conta com uma estrutura de armazenagem composta por 33 armazéns, considerando armazéns próprios e arrendados, localizados nos estados de Mato Grosso e Rondônia. A capacidade total de armazenagem em 2003 era de 2.095.200 ton. Além dos armazéns próximos às regiões produtoras, conta-se com armazéns anexos aos terminais portuários de Porto Velho e Itacoatiara (AM) com capacidade estática total de 235.000 ton. Na tabela a seguir apresenta-se a relação de armazéns utilizados pelo grupo.

#### **Estrutura de Armazenagem**

<b>Localização</b>	<b><u>Município</u></b>	<b><u>Situação</u></b>
Rodovia BR-235 KM-195	Campo de Julio/MT	Próprio
Rodovia BR-364 KM-310	Campo Verde/MT	Próprio
Rodovia BR-163 KM-10	Itiquira/MT	Próprio
Rodovia BR-163 KM-28	Itiquira/MT	Arrendado
Distrito Industrial	Primavera do Leste/MT	Arrendado
Rodovia BR-070 KM-281	Primavera do Leste/MT	Próprio
Rodovia BR-163 KM-102	Rondonópolis/MT	Próprio
Rodovia BR-170 KM 180	Brasnorte/MT	Próprio
Rodovia MT-242 KM-01	Sorriso/MT (Unidade Barreiro)	Próprio
Rodovia BR-163 KM-805	Sorriso/MT	Arrendado
Rodovia MT-235 KM-121,5	Sapezal/MT	Próprio
Rodovia MT-235 KM-91	Sapezal/MT	Arrendado
Rodovia MT-235 KM-120	Sapezal/MT	Arrendado
Rodovia MT-170 KM-74	Campo Novo dos Parecis/MT	Próprio
Rodovia BR-364 Entrc.c/MT-170	Campo Novo dos Parecis/MT	Arrendado
Rodovia MT-235 KM-620	Nova Mutum/MT (Unidade Novo Horizonte)	Próprio
Rododia BR-163 KM-585	Nova Mutum/MT (Unidade Reis)	Arrendado
Rodovia RO-399 KM-113	Cerejeiras/RO	Próprio
Av.Celso Mazutti s/n° - Setor 13	Vilhena /RO	Próprio
Rodovia MT-10 KM-140	Ipiranga do Norte/MT	Arrendado
Av.das Figueiras, 407 centro	Sinop/MT	Arrendado
Bairro Novo Diamantino	Diamantino/MT	Arrendado

Continuação...

<b>Localização</b>	<b><u>Município</u></b>	<b><u>Situação</u></b>
Rodovia BR-364 KM-325	Diamantino/MT (Deciolândia)	Arrendado
Rodovia MT-338 KM-86	Tapurah/MT	Arrendado
Rodovia MT-235 KM-098	Sta. Rita do Trivelatto/MT (Unidade Pacoval)	Arrendado
Rodovia BR-163 KM-679	Lucas do Rio Verde/MT	Arrendado
Estrada Diva, Lote XIII D, S/nº Gleba Celeste	Vera/MT	Proprio
Rod. MT 170, Km 86	Campo Novo Parecis/MT	Arrendado
Rod. MT 404, Km 65	Comunidade de São Luiz Gonzaga	Proprio
Lote nº 10 – saída para Sorriso	Boa Esperança/MT	Proprio
Fazenda Tanguro	Querencia/MT	Proprio
Fazenda Agrosam	Sapezal/MT	Proprio
Fazenda Tucunaré	Sapezal/MT	Proprio

O Grupo conta também com duas unidades de esmagamento de soja, uma arrendada em Cuiabá com capacidade de processamento de 1.500 ton/dia de grãos, e outra própria em Itacoatiara com capacidade de processamento de 1.900 ton/dia de grãos.

O Grupo desenvolveu, através de sua controlada Hermasa Navegação da Amazônia S.A (95% AMaggi e 5% Petrobrás), um sistema de transporte fluvial de soja no Rio Madeira, de Porto Velho a Itacoatiara, no Rio Amazonas. Em Itacoatiara é realizado o transbordo para navios transoceânicos nos quais a soja é exportada.

Em Itacoatiara, além da esmagadora e terminal portuário para movimentação de soja, há um terminal para movimentação de adubos e uma termoelétrica movida a óleo diesel (3 unidades de 2,5 MW cada um) que gera energia elétrica para atender o consumo do complexo e cujo excedente é fornecido para o município. Complementando essa unidade geradora, o Grupo AMaggi gera 1,5 MW que são fornecidos a CEAM – Centrais Elétricas do Amazonas (de 600 Kw a 1.100 Kw conforme a disponibilidade), a partir do grupo gerador de um navio cargueiro adaptado como armazém flutuante, ancorado no Terminal de Fertilizantes da Hermasa no bairro da Colônia.

Do total de soja produzida, 100.000 ton destina-se ao mercado interno, sendo transportada por rodovia e/ou ferrovia até as principais consumidoras que são grandes corporações multinacionais instaladas dentro do próprio estado de Mato Grosso.

Os volumes de grãos destinados à exportação foram escoados através da hidrovia do Rio Madeira (820.000 ton.), ou por ferrovia / rodovia até os portos de Santos/SP (460.000 ton.), São Francisco do Sul/SC (90.000 ton) e Paranaguá/PR (7.500 ton.).

A exportação por Itacoatiara (prévio escoamento pela hidrovia), realiza-se com navios de 30.000 a 50.000 ton. com destino predominantemente na Europa e Japão.

Na seleção dos meios de escoamento, a localização da região produtora tem um peso importante. A maior parte da produção do sul do estado do Mato Grosso (região de Rondonópolis) é escoada na direção dos portos de Paranaguá e Santos, enquanto que a produção do norte do estado (Sapezal) destina-se prioritariamente à hidrovia do Rio Madeira.

No ano de 2003, o Grupo AMaggi importou 192.341 ton de fertilizantes vindas de Israel. Das quais 121.219 ton é transportado até as regiões produtoras pela hidrovia do Rio Madeira, utilizando-se a viagem de retorno das barcas que escoam a soja e o restante 71.122 ton são desembarcados em Paranaguá/PR.

O Grupo também é proprietário de uma pequena usina hidroelétrica (barragem no Rio Juruena) no município de Sapezal (PCH Sta. Lúcia), que atende a necessidades próprias mas principalmente abastece o município e região. Esta hidrelétrica foi inicialmente implantada com capacidade de geração de 5 MW, sendo posteriormente ampliada para 12 MW.

Em 2003 o Grupo AMaggi empregou 1.818 funcionários, sendo distribuídas da seguinte forma segunda atividade principal:

Fazendas	939
Armazéns	321
Esmagadora Cuiabá	124
Esmagadora Itacoatiara	100
Hermasa	110
AMaggi energia	31
Sede corporativa	193
<b>TOTAL</b>	<b>1.818</b>

Complementarmente, o Grupo utiliza mão-de-obra temporária nas atividades agrícolas, principalmente nos meses de fevereiro, março e abril para a safra, e setembro, outubro e novembro para o plantio. Em 2003 a contratação de mão-de-obra temporária atingiu cerca de 520 pessoas, com permanência média de 3 meses. Esse nível de contratação pode variar de ano a ano, aumentando quando a produção de algodão é maior, pois esse cultivo exige maior quantidade de mão-de-obra temporária para as atividades de limpeza do algodão durante os meses de janeiro, fevereiro e março.

A expansão da produção e comercialização de soja é o principal objetivo estratégico do Grupo Amaggi que pretende consolidar a sua posição como *player* global no mercado dessa *commodity*. Para tanto, o grupo deverá no futuro expandir as áreas de produção própria e fortalecer-se na compra e comercialização de soja de terceiros. Entretanto, essa expansão deverá se dar de maneira casada com a expansão da infra-estrutura logística, tendo em vista o peso relativo dos custos de logística e transporte. Desta forma, a expansão da infra-estrutura logística e de armazenagem faz parte dos planos estratégicos, objetivando redução tanto nos custos de transporte de soja e subprodutos quanto de fertilizantes e outros insumos importantes. Dentre os investimentos em logística encontra-se em análise a implantação de um terminal graneleiro no porto de Santos em parceria com outros *players*.

A verticalização das atividades do Grupo Amaggi também é uma diretriz estratégica, podendo resultar no futuro em ampliação da capacidade de esmagamento ou inclusive em investimento em outras atividades da cadeia de industrialização da soja. Dentre as atividades em estudo encontra-se o desenvolvimento da avicultura na região de Itacoatiara.

A pecuária não é um dos objetivos estratégicos do grupo e constitui atividade em processo de desativação gradual, na medida em que áreas de pastagens passam a ser cultivadas com soja.

O milho constitui cultivo complementar à soja, sendo realizado para efeitos de otimização do ciclo agrícola nas fazendas próprias.

A suinocultura constitui uma forma de verticalização que aporta valor agregado à produção de milho e poderá se desenvolver no futuro somente em função dessa característica.

A geração de energia também é um objetivo estratégico do Grupo AMaggi, estando prevista a implantação de diversas pequenas centrais hidroelétricas (PCHs) no futuro.

---

**Anexo II****Descrição Resumida do Sistema de Gestão Ambiental e Social - SGAS**

---

## Anexo II

### Descrição Resumida do Sistema de Gestão Ambiental e Social - SGAS

O *Sistema de Gestão Ambiental Social e de Segurança do Trabalho* – SGAS do Grupo AMaggi, é composto basicamente de um conjunto de instruções e especificações técnicas e programáticas moldado para atender à *Política Ambiental* estabelecida pelo Grupo AMaggi, abrangendo tanto o atendimento às necessidades de gestão e controle pertinentes às atividades desenvolvidas, quanto o cumprimento das exigências ambientais, sociais e de segurança do trabalho constantes na legislação incidente.

Da mesma forma, o SGAS atende as normas e diretrizes do Banco Mundial e International Finance Corporation – IFC aplicáveis às atividades do Grupo AMaggi. Essas normas, diretrizes e políticas operacionais são as seguintes:

- OP 4.01 Avaliação Ambiental (Outubro 1998)
- Diretrizes Ambientais Básicas (Julho 1998)
- Diretrizes Básicas de Saúde e Segurança Ocupacional (Junho 2003)
- Política de Divulgação de Informação (Junho 2002)
- OP 4.04 Habitats Naturais (Novembro 1998)
- BP 4.04 Habitats Naturais (Junho 2001)
- OD 4.30 Reassentamento Involuntário (Junho 1990)
- OP 4.12 Reassentamento Involuntário (Dezembro 2001)
- OD 4.20 Poblaciones Indígenas (Setembro 1991)
- Política sobre Trabalho Infantil (Março 1998)
- BP 4.37 Segurança de Barragens (Outubro 2001)
- OD 4.00 – Anexo B – Política para Projetos de Barragens e Reservatórios (Abril 1989)
- OP 4.09 Gerenciamento de Pragas (Dezembro 1998)
- Aplicação e Manuseio de Pesticidas (Julho 1998)
- Diretrizes para Plantações (Julho 1998)
- Diretrizes para Projetos Portuários (Julho 1998)
- Diretrizes para Projetos de Óleos Vegetais (Julho 1998)

O SGAS está estruturado em módulos, que podem ser de diversos tipos.

Dois tipos de módulos contém as políticas e instruções de ordem normativa:

- As políticas básicas,
- As Instruções de Controle e Gestão Ambiental Operacional.



As políticas básicas integrantes do SGAS são duas:

- A Política Ambiental;
- A Política e Código de Conduta sobre Segurança do Trabalho.

As *Instruções de Controle e Gestão Ambiental Operacional*, são instruções específicas para cada tipo de unidade produtiva contemplada pelo SGAS e definem os procedimentos a serem adotados para garantir o adequado controle das atividades de risco ambiental e a efetiva minimização dos seus impactos.

O SGAS conta com as seguintes *Instruções de Controle e Gestão Ambiental Operacional*

- Instrução de Controle Ambiental para Fazendas
- Instrução de Controle Ambiental para Armazéns
- Instrução de Controle Ambiental para Fábricas Esmagadoras
- Instrução de Controle Ambiental para a Hermasa
- Instrução de Controle Ambiental para Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs)
- Instrução de Controle Ambiental para Centrais Térmicas

Todas as *Instruções de Controle Ambiental* (ICAs) estão estruturadas na forma de listas de verificação ou check-lists. No caso das fazendas, foram desenvolvidas ICAs específicas para cada unidade, consistindo em listas limitadas aos itens aplicáveis a cada uma. Nos casos dos demais tipos de unidade produtiva (armazéns, etc.), adota-se somente uma Instrução Geral, admitindo-se a utilização da opção “*não aplicável*” de maneira seletiva.

Cada *Instrução de Controle Ambiental* é acompanhada de uma *Instrução de Registro e Documentação Ambiental* (IRD). As IRDs tem a finalidade de normatizar a forma de arquivo e registro das informações necessárias à verificação da correta observância das *Instruções de Controle Ambiental*, tornando as mesmas facilmente “auditáveis”.

Os responsáveis pela observância das *Instruções de Controle Ambiental* são os próprios gerentes de cada unidade produtiva.

Complementarmente, o SGAS inclui diversos *Programas de Gestão Ambiental* cuja execução é coordenada de maneira centralizada, através de uma Equipe de Gestão Ambiental (EGA) sob supervisão do Gerente de Meio Ambiente. Esses *Programas de Gestão Ambiental* são aplicáveis - de maneira diferenciada - a todos os tipos de unidade produtiva objeto do SGAS.

Os *Programas de Gestão Ambiental* integrantes do SGAS são os seguintes:

Programa PG-01	Regularização e Acompanhamento de Conformidade Legal
Programa PG-02	Segurança do Trabalho
Programa PG-03	Saúde Ocupacional
Programa PG-04	Utilização de Mão-de-Obra Provisória
Programa PG-05	Treinamento
Programa PG-06	Avaliação Ambiental de Fornecedores de Produtos e Serviços
Programa PG-07	Orientação Ambiental de produtores Pré- Financiados
Programa PG-08	Recomposição de Áreas de Preservação
Programa PG-09	Desenvolvimento de Fontes Próprias ou Alternativas de Madeira
Programa PG-10	Comunicação e Divulgação
Programa PG-11	Ação Social e Apoio a Comunidade
Programa PG-12	Pesquisa e Desenvolvimento
Programa PG-13	Avaliação Ambiental de Investimentos

Também sob responsabilidade do Gerente de Meio Ambiente e da EGA, um conjunto de *Programas de Auditoria e Monitoramento* objetivam instaurar uma rotina de auditoria e verificação da observância, por cada unidade produtiva, das Instruções de Controle Ambiental e de obrigações complementares constantes nos *Programas de Gestão Ambiental*.

Esses *Programas de Auditoria e Monitoramento* são os seguintes:

Programa PM-01	Auditoria Ambiental Interna
Programa PM-02	Monitoramento de Parâmetros Ambientais
Programa PM-03	Monitoramento de Áreas Preservadas

Finalmente, o SGAS inclui um conjunto de *Planos de Contingência* para diversas hipóteses acidentais envolvendo risco ambiental. Esses *Planos de Contingência* são de aplicação diferenciada segundo tipo de unidade produtiva e a sua operacionalização em casos emergenciais é de responsabilidade direta do gerente da unidade afetada.

Os *Planos de Contingência* integrantes do SGAS são os seguintes:

PC-01	Vazamento e óleo diesel ou combustível nos terminais
PC-02	Vazamento de combustível no rio Madeira
PC-03	Vazamento de óleo vegetal na esmagadora de Cuiabá
PC-04	Vazamento de hexano nas esmagadoras
PC-05	Controle de incêndio nos armazéns e fábricas
PC-06	Controle de incêndio em áreas cultivadas e matas

---

**Anexo III****Programa de Orientação Ambiental de Produtores Pré-financiados**

---

## **Anexo III**

### **Programa de Orientação Ambiental de Produtores Pré-financiados**

#### **Situação de Implementação**

O Sistema de Gestão Ambiental e Social da AMaggi inclui um programa que visa monitorar e melhorar o desempenho ambiental dos produtores de soja pré-financiados pela empresa.

Todos os anos, a Amaggi financia a produção de aproximadamente 500 produtores rurais. Os contatos comerciais e negociações são feitos de maneira descentralizada pelos gerentes dos 37 armazéns operados pela AMaggi. Os contratos de financiamento são assinados todos os anos a partir do mês de maio.

O Programa contém basicamente os seguintes elementos:

- Ajuste nos cláusulas padrão do contrato de maneira a incluir:
  - Proibição do uso de trabalho infantil e de interferência com povos indígenas, ou interferência com parques ou Unidades de Conservação;
  - Compromisso de permitir a inspeção pela AMaggi de aspectos ambientais na propriedade;
  - Compromisso de não realizar qualquer desmatamento ilegal durante o período de validade do contrato;
  - Compromisso com uma estratégia pró-ativa de gradualmente eliminar os passivos ambientais da propriedade.
- Uma declaração pré-contratual de informações ambientais sobre cada propriedade, a ser consolidada em uma análise estatística de indicadores ambientais de toda a carteira de pré-financiados.
- Um Programa de Vistorias Ambientais a ser realizado pela AMaggi com a visita todos o anos de pelo menos 50% das fazendas pré-financiadas.
- Distribuição de informação sobre a legislação ambiental aplicável e boas práticas ambientais.
- Um Programa de Treinamento Ambiental dirigido aos proprietários e gerentes agrícolas (incluindo procedimentos de orientação ambiental e assessoria).

- Um programa de análise estatística que produzirá estatísticas ambientais para toda a carteira de propriedades pré-financiadas e análise do desempenho ambiental baseado em indicadores pré-estabelecidos e a sua evolução ao longo do tempo.
- A Gerência de Meio Ambiente da AMaggi produzirá um relatório anual de desempenho ambiental nas propriedades financiadas pela empresa. Este relatório conterá um resumo das atividades desenvolvidas e uma análise dos resultados, considerando todos os indicadores ambientais e sua evolução temporal.

Adicionalmente aos componentes acima, e como parte do Programa de Consulta e Divulgação Pública – PCDP, as principais estatísticas e indicadores ambientais das propriedades pré-financiadas serão divulgadas através do *site* da AMaggi na internet.

O estágio atual de implementação do Programa é resumido a seguir:

- Todos os documentos processuais (normas, formatos, etc.) foram feitos e aprovados.
- Foi concluído o registro das declarações ambientais referentes à safra agrícola de 2003 – 2004, cobrindo mais de 95% dos produtores pré-financiados.
- A consolidação do banco de dados com todas as informações ambientais da carteira de produtores pré-financiados da safra de 2003-2004 foi concluída em meados de junho de 2004.
- As atividades de treinamento dos produtores pré-financiados começarão durante o mês de agosto de 2004.
- Está programada para iniciar-se no final de junho de 2004 a divulgação das estatísticas iniciais e dos indicadores de desempenho ambiental.
- O primeiro relatório anual de desempenho ambiental das propriedades pré-financiadas deve ser elaborado em dezembro de 2004.
- Todos os anos, a medida que novos contratos forem sendo negociados, as declarações com informações ambientais também serão atualizadas e todo o processo se repetirá. As informações da safra de 2003-2004 servirão como linha de base para análise da evolução dos indicadores.

Baseado na experiência adquirida até o presente, uma questão a ser incorporada ao Programa é a consolidação dos indicadores ambientais separando as fazendas cultivadas pelos próprios proprietários daquelas cujos produtores são arrendatários, parciais ou totais, de um terceiro. Estes ajustes serão implementados nos procedimentos de coleta de informações da safra 2004-2005.

---

**Anexo IV****PERFIL AMBIENTAL DOS PRODUTORES PRÉ FINANCIADOS**

**See Separately Published Document**





---

**Anexo V****Instrução Geral de Controle e Gestão Ambiental Operacional – FAZENDAS**

---

## Grupo AMaggi

### *Sistema de Gestão Ambiental e Social - SGAS*

ICA / FAZ – Rev. 01

#### Instrução Geral de Controle e Gestão Ambiental Operacional – FAZENDAS

### Objetivos

Esta *Instrução* estabelece os procedimentos técnicos operacionais de controle e gestão ambiental a serem aplicados nas fazendas operadas pelo Grupo AMaggi. Ela é genérica, abrangendo todos os principais aspectos ambientais e sociais potencialmente aplicáveis, assim como alguns procedimentos especiais de segurança do trabalho. No entanto, alguns aspectos podem não ser pertinentes em determinadas fazendas. Devido a isto, a presente *Instrução* complementa-se com listas de verificação (*check lists*) individualizadas para cada fazenda (*Instruções Específicas*). Essas listas serão utilizadas pela equipe da EGA como guia na condução de auditorias ambientais internas nas fazendas.

### Abrangência e Aplicação

Todos os procedimentos de controle e gestão ambiental operacional pertinentes à operação das fazendas são contemplados na presente *Instrução*, a qual é de aplicação em todas as fazendas operadas pelo Grupo AMaggi, inclusive as arrendadas.

Na planilha a seguir apresenta-se a lista das fazendas nas quais esta *Instrução* será aplicada, com a respectiva codificação das *Instruções Específicas*.

Nas fazendas próprias arrendadas a terceiros, esta instrução não se aplica, sendo aplicável a *Orientação Ambiental de Produtores Pré-Financiados*, por meio da Ficha de Cadastramento Ambiental e das Inspeções Técnicas.

Fazenda	Área (ha)	Condição Dominial
SM-5	3.622	própria
Promissão	116	própria
Ponte de Pedra	4.468	própria
SM-6 e SM –1	5.188	própria
Tucunarê	45.110	própria
SM-3	1.567	própria
SM-2	1.545	própria
SM-4	809.1	própria

Com relação aos procedimentos de Desmatamento e Limpeza de Áreas Florestadas (Seção VIII), trata-se de atividade não aplicável ao conjunto de fazendas acima listadas. No entanto, caso novas fazendas venham a ser abrangidas pela presente *Instrução* e haja necessidade de desmatamento e limpeza, o mesmo será realizado de acordo com o especificado na Seção VIII.

No que tange à Proteção e Manejo de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal (Seção IX), a presente *Instrução* abrange todas as diretrizes para prevenir impactos da atividade agrícola sobre áreas florestadas, inclusive as atividades de manejo e/ou enriquecimento das mesmas. As áreas de preservação permanente (APP) e/ou reserva legal degradadas constituem passivos ambientais a serem recuperados no âmbito do *Programa de Recomposição de Áreas de Preservação Permanente*. Somente após a sua recuperação, essas áreas degradadas passam a ser abrangidas pela presente *Instrução*.

Ressalte-se por último, que os Procedimentos Especiais de Segurança do Trabalho detalhados na Seção XII desta *Instrução* referem-se às atividades de maior risco desenvolvidas nas fazendas. Esses procedimentos são detalhados em nível maior que o constante no PPRA, contemplando especificação das seqüências operacionais passo a passo. Em função da sua importância, os Procedimentos Especiais de Segurança do Trabalho serão auditados no âmbito de dois programas integrantes do SGAS: O Programa de Auditoria Ambiental Interna, sob responsabilidade direta do **Gerente de Meio Ambiente**, e o Programa de Segurança do Trabalho, sob responsabilidade do **Gestor de Qualidade e Segurança do Trabalho**.

## Atualização

Esta *Instrução* será revisada anualmente com base nos resultados do Programa de Auditoria Ambiental Interna. Sem prejuízo dessa revisão anual, alterações que venham a ser sugeridas pela Equipe de Gestão Ambiental (EGA) ou por outros funcionários e aprovadas pelo **Gerente de Meio Ambiente** poderão ser incorporadas após a conclusão de cada rodada de auditorias internas. A planilha a seguir apresenta o histórico de revisões desta Instrução:

Nº de Revisão	Data de Emissão	Alterações Introduzidas
Revisão 00	30/04/03	Versão Inicial

## Distribuição de Responsabilidades

A responsabilidade pela correta aplicação das *Instruções de Controle e Gestão Ambiental Operacional* é do gerente de cada unidade (**Gerente de Fazenda**), sob a orientação direta do **Agrônomo Supervisor**. No entanto, algumas atividades críticas, segundo especificado na presente *Instrução*, serão de responsabilidade do **Agrônomo Supervisor** ou dependerão de autorização dele. Da mesma forma, algumas atividades, segundo indicado, dependem de autorização do **Gerente de Meio Ambiente**.

O Controle Ambiental em Oficinas Mecânicas (Seção XI) será de responsabilidade do **Encarregado de Oficina**, sob supervisão do **Gerente de Fazenda**. Em fazendas menores, o **Gerente de Fazenda** poderá se responsabilizar por esse controle.

Item	Instrução	Referência Legal	Forma de Verificação
<b>SECÃO I - Práticas de Manejo – Culturas Temporárias</b>			
1.1	O manejo do solo para as áreas de cultivo de soja será através de plantio direto de modo a incorporar nutrientes ao solo e evitar a sua exposição à chuva, diminuindo a suscetibilidade à erosão.		Visual
1.2	A plantação de milho, milheto ou sorgo será simultânea à colheita de soja, minimizando a duração das interferências no solo.		Visual Documentada
1.3	O gerenciamento da fertilidade do solo será norteado pelo objetivo de minimização do uso de adubação química. Para tanto, os níveis de nutrientes serão sistematicamente monitorados e medidos para efeitos de dosagem das cargas de adubação.		Documentada
1.4	A cada quatro anos, ou a intervalos menores caso se determine a necessidade, o solo será gradeado para promover a sua aeração e descompactação e favorecer a incorporação de nutrientes.		Visual e documentada
1.5	A correção de acidez (pH) mediante aplicação de calcário será realizada concomitantemente ao gradeamento do solo sempre que necessário. As necessidades de calcário serão estabelecidas com base em análises do solo e serão requisitadas com pelo menos dois (2) meses de antecedência. Toda compra de calcário está sujeita à autorização do Gerente de Meio Ambiente.		Visual e documentada
1.6	Serão utilizados inoculantes para diminuir a necessidade de adubação química para incorporação de nitrogênio.		Visual e documentada
1.7	A rotação de culturas será programada com a periodicidade necessária para reverter a perda gradativa de fertilidade e/ou a intensidade de pragas que ocorrem como consequência da monocultura.		Documentada
1.8	A aplicação de dessecante antecederá em alguns dias a colheita da soja e será realizado adotando-se os mesmos cuidados que no caso de defensivos agrícolas.		Visual e Documentada
1.9	Toda aplicação de adubação química, dessecante, calcário ou defensivos agrícolas, será realizada de acordo com instruções do Agrônomo Supervisor. Em nenhum caso poderão ser aplicados dessecantes ou defensivos em concentrações que excedam as recomendações do fabricante.		Documentada
1.10	A mistura de diferentes defensivos em uma mesma aplicação será minimizado e observará as restrições constantes nas recomendações dos fabricantes e/ou em normas técnicas.		Visual e documentada
1.11	Toda aplicação de adubação química, dessecante, calcário ou defensivos agrícolas, será realizada em período seco sem previsão de chuva nos dias subseqüentes. Na aplicação dessa medida, especial atenção será dada aos setores lindeiros a APP.		Documentada
1.12	Na seleção de defensivos agrícolas, será considerado não somente o custo mas também os riscos ambientais e de segurança do trabalho. Se dará preferência a produtos biodegradáveis.		Documentada
1.13	É vedado o uso de qualquer agrotóxico, seus componentes e produtos afins, que não estejam registrados e autorizados pelos órgãos governamentais competentes.		Documentada
1.14	Serão utilizados defensivos contendo hidrocarbonos clorados somente em última instância. A aplicação dos defensivos listados a seguir será evitada sempre que possível: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2,4,5-T (2,4,5 – ácido triclorofenoxiacético)</li> <li>• Aldrin</li> <li>• Compostos de arsénico</li> <li>• Chlordane</li> <li>• DBCP (dibromocloro propano)</li> <li>• DDT</li> <li>• Dieldrin</li> <li>• EBDC</li> <li>• Heptachlor</li> <li>• Compostos de mercúrio</li> <li>• MIREX (dechlorane)</li> <li>• Phosvel (leptophos)</li> <li>• EDB.</li> </ul>		Documentada

Item	Instrução	Referência Legal	Forma de Verificação
1.15	A seleção de dessecantes e defensivos agrícolas e a programação de compras será responsabilidade do Agrônomo Supervisor. A compra de qualquer um dos produtos na listagem citada acima será justificada em Relatório Técnico (ausência de alternativa) e aprovada pelo Gerente de Meio Ambiente.		Documentada
1.16	A aplicação aérea de dessecante ou defensivos agrícolas será realizada somente em condições climáticas estáveis e ausência de ventos fortes. Nenhum dos defensivos na listagem citada acima poderá ser objeto de aplicação aérea.		Visual e documentada
1.17	Os defensivos – componentes químicos listados a seguir também não poderão ser objeto de aplicação aérea em nenhuma hipótese: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aramite (Kepone)</li> <li>• Benomyl (Lindane)</li> <li>• BHC (Merphos)</li> <li>• Compostos de cádmio (Monourea)</li> <li>• Carbaryl (PCP)</li> <li>• Chloranil (Piperonyl butóxido)</li> <li>• Clorobenzilate (Promide)</li> <li>• Cloroformo (Rotenone)</li> <li>• Creosote (Safrole)</li> <li>• DDVP (SST) DFF</li> <li>• DECP (Strobane)</li> <li>• Diallates (Stricnina)</li> <li>• Dimethoate (Toxaphene)</li> <li>• Endrin (Triallates)</li> <li>• EPN (1080)</li> <li>• Óxido de etila.</li> </ul>		Documentada
1.18	Toda aplicação aérea de dessecantes ou defensivos será realizada somente nas áreas de cultivo respeitando afastamento mínimo de 100 metros com relação às divisas da propriedade, aos limites de APP e de Reserva Legal, nos limites com a faixa de domínio de rodovias ou com áreas plantadas com outras culturas (na própria fazenda ou em propriedades lindeiras). Nas faixas de afastamento assim definidas, a aplicação de dessecantes e defensivos será necessariamente com trator.		Visual e documentada
1.19	É vedada a manobra de retorno (“balão”) do avião sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, propriedades vizinhas, estradas e/ou outros usos lindeiro.		Visual
1.20	A aplicação controlada de defensivos através de tratores de jato dirigido será privilegiada sempre que possível.		Documentada
1.21	Serão mantidos registros de cada aplicação de dessecante e defensivos, indicando os locais e datas de aplicação, quantidades, formulação e tipo de praga a ser combatida.		Documentada
1.22	Quando os resultados do monitoramento da qualidade da água em cursos d’água próximos as áreas cultivadas (Programa de Monitoramento de Parâmetros Ambientais) indicarem contaminação por biocidas organo-fosforados ou organo-clorados, as medidas de controle do uso de dessecantes e defensivos integrantes desta <i>Instrução</i> serão tidas como não-conformes.		Documentada
1.23	Técnicas de controle biológico de pragas, mesmo que em nível experimental, serão sempre priorizadas. A manutenção de registros detalhados de cada aplicação e dos resultados obtidos será responsabilidade do Agrônomo Supervisor.		Documentada
1.24	O Grupo AMaggi continuará a produzir sementes para uso próprio. Toda compra de sementes de terceiros será precedida de procedimento de verificação de origem para evitar o uso de material transgênico. O responsável por esse procedimento será o Gerente de Meio Ambiente no âmbito do Programa PG-06.		Documentada
1.25	O transporte do defensivo agrícola fora dos limites das fazendas será realizado por veículo apropriado (preferencialmente utilitário leve) que contenha sinal de identificação. Todos os veículos destinados a esse tipo de transporte serão cadastrados pela Gerência Ambiental.		Documentada
1.26	Os defensivos a serem transportados nas condições estabelecidas no item anterior serão devidamente acondicionadas no compartimento de carga, ficando expressamente proibido o transporte de embalagens já abertas.		Visual e verbal

Item	Instrução	Referência Legal	Forma de Verificação
1.27	É vedado transportar agrotóxicos, seus componentes e produtos afins, em um mesmo compartimento que contenha alimentos, rações, forragens, utensílios de uso pessoal e doméstico.		Visual e verbal
1.28	Os veículos utilizados para transporte de agrotóxicos, seus componentes e produtos afins, serão higienizados e descontaminados, sempre que forem destinados para outros fins.		Visual e verbal
1.29	É vedada a lavagem de veículos transportadores de produtos químicos em cursos d'água.		Visual e verbal
1.30	O trajeto escolhido dentro das fazendas até o ponto de preparação da calda evitará, sempre que possível, o cruzamento de cursos d'água, interior de matas e de Reserva Legal, proximidade de poços de abastecimento, etc.		Visual e verbal
1.31	O local de preparação da calda será preferencialmente junto a algum recinto para estocagem de embalagens vazias, podendo ser em outro lugar desde que respeitados os mesmos critérios de localização que se aplicam ao recinto.		Visual
<b>SEÇÃO II – Práticas de Manejo – Pastagens</b>			
2.1	Toda área de pastagem será cercada nos limites das Áreas de Preservação Permanente para evitar a degradação pelo gado.		Visual
2.2	O sobre-pastoreio será evitado, remanejando-se o gado oportunamente quando houver degradação da pastagem.		Visual
2.3	A substituição de pastos com a utilização de fogo somente será admitida para a substituição por cultura e com prévia autorização do IBAMA.		Visual e documentada
2.4	Serão implantados bebedouros artificiais para o gado fora dos limites das APP's, preferencialmente alimentados por gravidade a partir do reservatório mais próximo. Em caso de retirada de água da drenagem natural, será obtida a respectiva outorga.		Visual e documentada
2.5	Idem ao item 1.3 da SEÇÃO-I		
2.6	Idem ao item 1.5 da SEÇÃO-I		
2.7	Idem ao item 1.9 da SEÇÃO-I		
2.8	Idem ao item 1.11 da SEÇÃO-I		
2.9	Idem ao item 1.12 da SEÇÃO-I		
2.10	Idem ao item 1.13 da SEÇÃO-I		
2.11	Idem ao item 1.14 da SEÇÃO-I		
2.12	Idem ao item 1.15 da SEÇÃO-I		
2.13	Idem ao item 1.17 da SEÇÃO-I		
2.14	Idem ao item 1.18 da SEÇÃO-I		
2.15	Idem ao item 1.19 da SEÇÃO-I		
2.16	Idem ao item 1.20 da SEÇÃO-I		
2.17	Idem ao item 1.21 da SEÇÃO-I		
2.18	Idem ao item 1.22 da SEÇÃO-I		
2.19	Idem ao item 1.25 da SEÇÃO-I		
2.20	Idem ao item 1.26 da SEÇÃO-I		
2.21	Idem ao item 1.27 da SEÇÃO-I		
2.22	Idem ao item 1.28 da SEÇÃO-I		
2.23	Idem ao item 1.29 da SEÇÃO-I		
2.24	Idem ao item 1.30 da SEÇÃO-I		

Item	Instrução	Referência Legal	Forma de Verificação
<b>SEÇÃO III – Práticas de Manejo – Suinocultura</b>			
3.1	As atividades de suinocultura serão sempre conduzidas em regime de confinamento, com organização dos animais em células estanques com piso concretado e sem contato direto com o solo.		Visual
3.2	As instalações de suinocultura serão sempre implantadas em área rural, distante de zonas ocupadas, e a mais de 100 metros das divisas ou de instalações administrativas e/ou residenciais da fazenda (escritórios, casa de funcionários, etc.).		Visual
3.3	A limpeza das instalações será diária, com condução das fezes em conjunto com a água de lavagem na direção de lagoas de estabilização.		Visual
3.4	Poderá ser realizada a separação de sólidos e encaminhamento dos mesmos para leito de secagem para posterior incorporação ao solo.		Visual
3.5	Não será admitida a comercialização do resíduo sólido nem a sua utilização na preparação de ração animal.		Visual e documentada
3.6	Os efluentes (com ou sem separação prévia de sólidos) serão conduzidos a lagoas de estabilização em série, as quais serão em número mínimo de quatro.		Visual
3.7	A conexão entre as lagoas será através de tubulação adequadamente dimensionada e constantemente fiscalizada afim de se evitar vazamentos para fora dos limites de contenção e/ou problemas com instabilização das paredes das lagoas.		Visual
3.8	Não é permitido o extravazamento para jusante da última lagoa na direção do talvegue natural.		Visual
3.9	O efluente líquido nas lagoas será bombeado e lançado em áreas de pastagens já formadas no entorno, sendo que os pontos de lançamento devem variar constantemente para evitar concentração localizada.		Visual
3.10	A zona de lançamento estará adequadamente terraceada, ter declividade menor que 20% e respeitar afastamento mínimo de 100 metros com relação ao limite da APP mais próxima.		Visual
3.11	Item excluído.		
3.12	O bombeamento será feito a partir das quatro lagoas em regime de revezamento em função do nível de efluente acumulado. Se dará preferência ao bombeamento a partir das duas primeiras lagoas afim de eliminar as partículas sólidas e evitar a deposição de lodo no fundo das mesmas.		Visual
3.13	Cada lagoa conterà régua para marcação do nível máximo permitido afim de não comprometer a estabilidade das paredes e evitar o transbordo do efluente. Esse nível preservará “bordo livre” de maneira a disponibilizar volume de espera em caso de paradas de manutenção da bomba. Em caso de ultrapassagem do nível da régua se procederá ao bombeamento até a cota aceitável.		Visual
3.14	A bomba e o coletor serão operados de acordo com um programa rigoroso de manutenção preventiva para se evitar vazamento do efluente e/ou resíduos oleosos.		Visual
3.15	O coletor do efluente bombeado será dimensionado para evitar entupimento por folhas concentradas na superfície da lagoa.		Visual
3.16	Caso se verifique contaminação do lençol freático no entorno das lagoas (no âmbito dos Programas de Monitoramento de Parâmetros Ambientais), a situação será considerada não-conforme, procedendo-se à impermeabilização do fundo.		Visual
3.17	Caso se verifique contaminação no curso d'água a jusante das áreas de lançamento de efluentes, a situação será não-conforme, exigindo ampliação e/ou re-delimitação das áreas de aspersão.		Visual
3.18	Os corpos de leitões mortos e/ou fragmentos orgânicos de quaisquer dimensões serão dispostos em biodecompositores construídos para essa finalidade.		Visual
3.19	É vedada a comercialização de qualquer resíduo orgânico, inclusive suínos mortos.		Visual

Item	Instrução	Referência Legal	Forma de Verificação
<b>SEÇÃO IV - Controle de Erosão</b>			
4.1	A exposição do solo será sempre evitada, sendo permitida por períodos prolongados somente em caso de troca para a cultura do algodão ou para aeração e/ou incorporação de nutriente ao solo. O manejo do cultivo da soja será realizado exclusivamente através do plantio direto (Seção I).		Visual
4.2	A cultura de soja será desenvolvida exclusivamente sobre terrenos motomecanizáveis com declividade menor que 20%.		Visual
4.3	Pastagens poderão ser implantadas em terrenos com declividade de até 35%.		Visual
4.4	As áreas de cultivo serão terraceadas em curvas de nível de acordo com o grau de inclinação do terreno. Para os terrenos com declividade até 4% não há necessidade de terraceamento; para as declividades entre 4% e 12%, serão implantados terraços de base larga (min.3,0m de largura por 0,6m de altura); e para as classes entre 12% e 20% serão implantados “murunduns” (min. 2,0m de largura por 1,0m de altura). O espaçamento entre terraços será ajustado em função da declividade, devendo ser menor que 50 metros nos terrenos na classe de 4% a 12%, e menor que 30 metros nos terrenos na classe de 12% a 20%.		Visual
4.5	As áreas de pastagens serão terraceadas também com terraços de base larga nos terrenos com até 12% de declividade. Em terrenos mais íngremes, serão implantadas leiras com altura mínima de 45 cm a espaçamento nunca maior que 20 metros.		Visual
4.6	Em todos os casos, a implantação da pastagens será realizada de forma a garantir a forração protetora dos terraços/leiras.		Visual
4.7	A terminação dos terraços de nível junto as APP's e/ou estradas limítrofes as APP's deve ser “fechado”, ou seja, com curvatura contrária a declividade do terreno para evitar concentração de fluxo de água.		Visual
4.8	Nas cabeceiras de drenagem (nascentes), o terraceamento será implantado de maneira a desviar o escoamento das áreas cultivadas a montante, evitando que atinga o talvegue natural.		Visual
4.9	Nas divisas com propriedades de terceiros, o terraceamento será implantado de forma a evitar o escoamento sobre áreas cultivadas a jusante. Similarmente, áreas cultivadas de terceiros a montante das divisas terão o seu escoamento desviado das áreas cultivadas internas.		Visual
4.10	As estradas que cortam os talhões também serão terraceadas em conformidade com os mesmos parâmetros das áreas cultivadas adjacentes, e terão desenvolvimento de traçado com declividade nunca maior que 15%.		Visual
4.11	Travessias de APP por estradas contarão com dispositivos de proteção do talvegue e estabilização das margens, sendo projetadas para não estrangular a vazão de pico mesmo quando da ocorrência de eventos hidrológicos de intensidade excepcional.		Visual
4.12	Após chuvas intensas, os pontos críticos em termos de risco de erosão serão inspecionados e será verificado o surgimento de áreas instáveis. Áreas fontes de sedimento (carreamento) e áreas de deposição (inclusive em APP) serão identificadas, adotando-se ações corretivas segundo pertinente. Essas ações poderão incluir a correção de erosões, implantação de diques de retenção de sedimentos, ou outras medidas similares. Intervenções diretas em cursos d'água (desassoreamento, proteção de margens, etc.) somente poderão ser realizadas com autorização do Gerente de Meio Ambiente.		Visual
4.13	O período de permanência de áreas em solo exposto anterior ao plantio de algodão quando da rotação de cultivos é considerado crítico e as áreas vulneráveis serão objeto de monitoramento contínuo.		Visual
4.14	Toda vez que necessário, serão desenvolvidos trabalhos de reconformação de terraços de nível durante os períodos de troca de cultura.		Visual



Item	Instrução	Referência Legal	Forma de Verificação
4.15	Nas áreas de pastagens, a erosão induzida por trilhas de gado será continuamente monitorada. Ações corretivas poderão incluir a reconformação de terraços, dissipadores de energia hidráulica ou barreiras físicas para evitar o uso continuado da trilha.		Visual
4.16	As cascalheiras localizadas dentro das fazendas estarão locadas fora de Áreas de Preservação Permanente e/ou de Reserva Legal. Em caso da necessidade de extração de cascalho dentro destas áreas, a atividade deve estar autorizada pelo Órgão Ambiental Competente.		Visual e documentada
4.17	Toda a extração de cascalho será realizada em regime de aprofundamento seqüencial, mantendo-se inclinação nunca maior que 2H:1V nos taludes de corte na encosta.		Visual
4.18	A altura vertical máxima dos taludes de corte nas cascalheiras será de 5m. Caso necessário, será realizada a exploração patamarizada, respeitando o limite de 5m de desnível entre os patamares.		Visual
4.19	O escoamento de águas pluviais de montante sobre as cristas dos taludes, será sempre desviada com canaletas e outros dispositivos para fora dos limites da área escavada.		Visual
4.20	No limite de jusante da área explorada serão implantadas caixas de retenção de sedimentos e dispositivos de canalização que garantam o escoamento pluvial na direção das mesmas.		Visual
4.21	É vedada a permanência de pilhas de material solto no local das cascalheiras.		Visual
4.22	No caso de ocorrência de assoreamento de cursos d'água situados a jusante das cavas, será implantado instrumentação no leito mediante a implantação de estaca graduada para verificação de assoreamento. Quando este for detectado, será executada a limpeza do curso d'água.		Visual
<b>SEÇÃO V - Controle de Pragas</b>			
5.1	A aplicação de inseticidas nas despensas dos refeitórios e/ou em outras instalações das fazendas será sempre realizada com produtos que não ofereçam risco de contaminação dos alimentos e/ou pessoas.		Visual e documentada
5.2	Em caso da necessidade de detetizações, serão contratadas empresas especializadas, respeitado-se as normas de segurança, inclusive quanto ao período de reutilização do ambiente. Poderão ser realizadas detetizações por pessoal interno da fazenda, desde que utilizem produtos naturais (NATUCID).		Documentada
<b>SEÇÃO VI - Utilização de Recursos Hídricos</b>			
6.1	A construção de poços tubulares profundos para captação subterrânea seguirá os procedimentos normatizados, devendo prever piezômetros para medição da variação da profundidade do lençol freático.	NBR 12.212	Visual e documentada
6.2	A implantação de qualquer poço será precedido da concessão de outorga pelo Órgão Estadual Competente.		Documentada
6.3	A localização de um novo poço será sempre definida mediante análise prévia da proximidade de fontes potenciais de contaminação do lençol freático (como fossas sépticas).		Visual
6.4	Os poços abandonados, temporária ou definitivamente, e as perfurações realizadas para outros fins, serão adequadamente tamponados para evitar a poluição dos aquíferos.	RESOLUÇÃO CNRH Nº 15/01	Visual e documentada
6.5	O uso de águas superficiais para irrigação também será precedido da concessão de outorga pelo Órgão Estadual Competente.		Documentada
6.6	A implantação de captação superficial será precedida, conforme preconizado nas normas aplicáveis, de estudo que considere as variáveis hidráulicas (como vazão de captação, necessidade de barramento, etc) e ambientais (padrão fluvial, interferência com vegetação, outros usos d'água na bacia, etc).	NBR 12.213	Documentada
6.7	Em todos os casos de captação superficial, será preservada a vazão ecológica mínima para jusante de acordo com os parâmetros legais definidos na respectiva região.		Visual e documentada

Item	Instrução	Referência Legal	Forma de Verificação
<b>SEÇÃO VII - Desmatamento e Limpeza de Áreas Florestadas</b>			
7.1	Qualquer processo de desmatamento será executado sob coordenação direta do Gerente de Meio Ambiente e será precedido das necessárias licenças ambientais.		Documentada
7.2	Antes do desmatamento, será efetuada a demarcação prévia das áreas de supressão através de estacas ou fitas, com cuidado especial aos limites das APP's e da Reserva Legal.		Visual
7.3	Nos limites das áreas a desmatar com áreas florestadas a serem mantidas, o desmatamento será necessariamente realizado com motosserra em faixa com largura mínima de 5 metros. A queda de árvores será sempre orientada na direção das áreas a desmatar.		Visual
7.4	Os funcionários serão orientados a não entrarem nem jogarem lixo nas matas adjacentes, de maneira a evitar impactos secundários nestes locais.		Visual
7.5	Não será permitido o desmatamento com a utilização de fogo, mesmo que localizado.		Visual
7.6	O material vegetal resultante do desmatamento será reaproveitado, seja como lenha ou para a construção de cercas ou outras benfeitorias. A galhada fina e folhagem poderá ser espalhada em áreas de enriquecimento florestal, prévia picotagem.		Visual
<b>SEÇÃO VIII - Proteção e Manejo de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal</b>			
8.1	As áreas degradadas dentro de APP's que receberão algum tipo de recuperação e/ou recomposição florestal, serão recuperadas de acordo com o procedimento ou projeto estabelecido no Programa de Recomposição de Áreas de Preservação Permanente.		Visual e documentada
8.2	No limite com áreas de pastagem, as APP e Reserva Legal serão cercadas para evitar a penetração do gado.		Visual
8.3	A transposição das drenagens por trilhas de gado será implantada em pontos estritamente necessários, devendo ser cercada em ambos os lados.		Visual
8.4	A instauração de processos degradacionais nas matas em APP ou Reserva Legal será periodicamente monitorado, dando lugar a ações de enriquecimento florestal quando pertinente. Especial atenção será dada ao plantio de espécies protetoras de borda em matas que evidenciem degradação por efeito de borda.		Visual
<b>SEÇÃO IX - Controle Ambiental em Oficinas Mecânicas e Instalações de Apoio</b>			
9.1	A organização espacial das oficinas mecânicas e ambientes de trabalho será planejada de forma a se evitar usos incompatíveis e/ou com riscos de acidentes. Os tanques de combustíveis e estoques de lubrificantes manterão afastamento mínimo de 15 metros de instalações elétricas e 30 metros de materiais combustíveis (como pilhas de madeira, cavaco, palha de arroz, etc).		Visual
9.2	Os setores dentro dos ambientes de trabalho serão separados e claramente identificáveis, não sendo permitida a utilização de um mesmo espaço físico para atividades incompatíveis e/ou conflitantes.		Visual
9.3	Os defensivos agrícolas e agrotóxicos serão armazenados em local próprio e isolado dos demais insumos e materiais dentro do mesmo ambiente de trabalho, conforme detalhado na Seção XIII.		Visual
9.4	Os entulhos e ferragens provenientes da oficina mecânica e da manutenção dos equipamentos receberão uma triagem prévia. Não é permitida a acumulação de entulhos e ferragens não aproveitáveis.		Visual
9.5	A estocagem de combustíveis será preferencialmente em tanques aéreos. No caso de unidades que contenham tanques enterrados (próprias ou arrendadas) serão instalados poços de monitoramento da qualidade da água subterrânea visando à identificação de possíveis vazamentos.		Visual

Item	Instrução	Referência Legal	Forma de Verificação
9.6	Todo tanque aéreo de estocagem de combustíveis terá dique perimétrico de contenção de vazamentos de forma compatível com as Normas Técnicas aplicáveis. A capacidade de retenção será equivalente a pelo menos 1,5 x a capacidade de estocagem do tanque (em caso de mais de um tanque 1,5 x a capacidade do maior deles).	NB 98/66 e NBR 7505/95	Visual
9.7	O armazenamento de tambores de lubrificantes novos ou usados e da gasolina de aviação será em local adequado para essa finalidade, protegido com dique perimétrico de contenção de vazamentos e com piso impermeabilizado através de pavimento de concreto (dentro das oficinas) ou em caixa de areia com lona plástica na base.		Visual
9.8	O empilhamento máximo de tambores de lubrificantes ou gasolina de aviação é de duas (02) unidades.		Visual
9.9	A proibição de fumar e localização de extintores será claramente sinalizada.		Visual
9.10	A troca de óleo e lubrificantes de veículos e equipamentos será sempre realizada em área destinada para essa finalidade provida de valeta de lubrificação impermeável e contenção perimétrica. Toda troca será precedida da colocação de recipientes para recepção do óleo usado e para contenção de eventuais vazamentos.		Visual
9.11	Excepcionalmente, quando necessário em função de quebras de equipamento, trocas de óleo poderão ser realizadas fora da área da oficina mecânica. Nesses casos, as trocas serão precedidas da colocação de recipientes e da proteção do solo com plástico segundo pertinente.		Visual
9.12	A lavagem de veículos e equipamentos será sempre realizada em área destinada do pátio da oficina. Essa área será impermeável e contará com dispositivo de contenção perimétrica para coleta da água de lavagem (ver Seção X).		Visual
9.13	Qualquer evento acidental com vazamento de combustível e/ou óleo lubrificante que resulte em contaminação do solo será remediado através da retirada do solo contaminado e disposição em tambores para posterior entrega a empresa de reprocessamento / reciclagem ou condução a aterro industrial habilitado.		Visual
9.14	Os tambores contendo solo contaminado serão armazenados (temporariamente) em local adequado (longe de APP's, áreas de risco de acidentes, etc.), sobre paletes e ao abrigo da chuva (recobertos com lona em caso de ambiente a céu aberto).		Visual
9.15	Os pátios de manobra e abastecimento dos aviões terão dispositivo para condução e retenção de vazamentos em caso de acidentes. O piso será impermeabilizado e com drenagem lateral conectado à caixa para retenção de líquidos.		Visual
9.16	Toda contratação de empresas que comercializam, reprocessam, reciclam e/ou dão uma destinação final a qualquer resíduo sólido ou líquido gerado em unidade do Grupo AMaggi depende de autorização do Gerente de Meio Ambiente.		Documentada
<b>SEÇÃO X - Tratamento, Afastamento e Disposição de Efluentes Líquidos</b>			
10.1	Os efluentes líquidos de origem orgânica (esgoto) das instalações sanitárias serão destinados em fossas sépticas projetadas e dimensionadas de acordo com a Norma Técnica aplicável.	NBR 7229/93	Visual
10.2	As fossas sépticas serão limpas ao menos uma vez ao ano através de empresa especializada ou mediante uso de bomba de sucção. O lodo será disposto em pátio de secagem implantado em áreas adequadas para essa finalidade (baixa declividade e longe de áreas sensíveis como APP's, residências, refeitório, etc.) podendo posteriormente ser utilizado como adubo em pomares ou áreas de pastagem.		Visual e verbal
10.3	Os efluentes líquidos provenientes dos pátios de limpeza de equipamentos na oficina mecânica serão conduzidos ao sistema de filtragem / armanezamento, não se permitindo dispô-los em fossas sépticas. Esse sistema será composto por uma caixa de separação água/óleo, filtro de areia e caixa de água usada.		Visual
10.4	O resíduo oleoso retirado das caixas de separação água/óleo e do filtro de areia serão recolhidos por empresa de reciclagem conjuntamente com os óleos lubrificantes usados armazenados na unidade. A estocagem provisória desses resíduos, quando necessária, será em barris metálicos, nas mesmas condições definidas para solos contaminados (Seção IX).		Visual e documentada

Item	Instrução	Referência Legal	Forma de Verificação
10.5	A limpeza de equipamentos e maquinários utilizados para a aplicação de defensivos agrícolas será realizada no campo após a aplicação, não se permitindo a limpeza no pátio da oficina.		Visual
<b>SEÇÃO XI - Gestão de Resíduos</b>			
11.1	O lixo proveniente das casas, escritórios e refeitórios será inicialmente acondicionado em lixeiras, tambores e/ou caçambas em boas condições sanitárias junto ao local de geração.		Visual
11.2	A parte orgânica do lixo será disposto em caixas enterradas de fibrocimento, alvenaria, plástico ou fibra, projetadas com tampa e em formato próprio para compostagem ou biodecomposição para formação de adubo. Pelo menos duas caixas serão instaladas para enchimento revezado, com dimensionamento para viabilizar a permanência do lixo na caixa cheia lacrada por período mínimo de três (03) meses.		Visual
11.3	Após a decomposição, a caixa será esvaziada e o adubo orgânico espalhado em pomar ou área florestada, mantendo afastamento de 15 metros com relação ao curso d'água mais próximo.		Visual
11.4	O lixo inorgânico será estocado separadamente, para transporte periódico até aterro municipal ou empresa recicladora.		Visual e documentada
11.5	Nos casos em que houver possibilidades reais de reciclagem, o lixo inorgânico será segregado em recipientes individuais por tipo de material (vidro, papel, metais, plásticos, etc.).		Visual
11.6	É vedada a queima de lixo ou a sua disposição direta no solo.		Visual e verbal
11.7	As embalagens vazias de agrotóxicos serão submetidas ao procedimento de triplice lavagem estipulado na Norma Técnica correspondente. Após a lavagem, as embalagens serão perfuradas para inviabilizar qualquer reutilização.	NBR 13968	Visual
11.8	O armazenamento das embalagens usadas de agrotóxico será em recinto coberto ao abrigo da chuva, ventilado e semi-aberto (cercado com tela). As embalagens serão estocadas tampadas e o acesso ao recinto será restrito (chave com o Gerente de Fazenda). Todos os recintos contarão com sinalização de advertência.		Visual
11.9	O local para armazenamento seguirá as instruções da norma técnica aplicável, sendo implantado em terreno plano ou quase plano, com perfeito sistema de controle de águas pluviais e de erosão do solo, longe de cursos d'água (fora de APP ou Reserva Legal), de abrigos de animais domésticos e fora de áreas inundáveis. Será acessível a qualquer tempo e seu entorno contará com área de manobras para caminhões.	NBR 14719 (item 4.1.3.2)	Visual
11.10	As embalagens lavadas serão enviadas somente às unidades de recebimento legalmente habilitadas.		Documentada
11.11	É expressamente proibida a queima das embalagens ou deposição em valas no interior das unidades.		Visual e verbal
11.12	Resíduos oleosos, solos contaminados e óleos e lubrificantes usados serão encaminhados a empresas de reciclagem conforme definido na Seção X.		Documentada
11.13	Estopas, panos e demais produtos utilizados na limpeza de óleos e graxas receberão o mesmo tratamento dos resíduos oleosos.		Visual e documentada
11.14	As peças metálicas e sucatas que não venham a ter mais utilidade serão vendidas.		Visual
11.15	Os pneus não passíveis de reaproveitamento serão enviados à empresa recicladora ou devolvidos à unidade de revenda do produto ou diretamente ao fabricante. A compra dos pneus será negociada com a(s) empresa(s) comercializadora(s) de pneus já se prevendo essa devolução.	Resolução CONAMA Nº 258 / 99	Visual e documentada

Item	Instrução	Referência Legal	Forma de Verificação
11.16	É proibida a queima ou deposição de pneus em lixões ou valas dentro das unidades do Grupo AMaggi.		Visual e verbal
11.17	As baterias usadas não passíveis de reaproveitamento serão devolvidas à revenda do produto ou enviadas a aterros industriais.	Resolução CONAMA Nº 257 / 99	Visual e documentada
11.18	É proibida a deposição das baterias usadas em lixões ou valas dentro das unidades do Grupo AMaggi.		Visual e verbal
11.19	Os EPI's utilizados em algum procedimento que envolva o manuseio de defensivo agrícola em qualquer de suas fases serão depositados em recipientes apropriados e enviados posteriormente para aterro industrial.		Visual e documentada
11.20	É vedado a disposição de qualquer resíduo (lixo) próprio ou de terceiros em Áreas de Preservação Permanente ou Reserva Legal.		Visual
<b>SEÇÃO XII - Prevenção de Incêndios</b>			
12.1	Todas as fazendas contarão com recursos para o combate a incêndios. Esses recursos estarão sempre disponíveis e em condições operacionais para dar suporte às brigadas de incêndio (ver PC.06 – Planos de Contingência – Combate a Incêndios em Fazendas (Oficinas, Áreas Cultivadas e Matas).		Visual
12.2	O abastecimento de água contra incêndio será garantido a partir de captação superficial ou subterrânea com vazão mínima de 1,5 m³/hora e caixas d'água com capacidade mínima de reservação de 10.000 litros ou maior se exigido pelo Corpo de Bombeiros. Em casos em que a vazão de captação for menor, será aumentada a capacidade de reservação.		Visual
12.3	Todas as fazendas contarão com caminhão pipa com capacidade de 15.000 litros e pipinhas rebocáveis com capacidade de 6.000 litros.		Visual
12.4	Nas oficinas mecânicas e galpões, serão instalados extintores em conformidade com as normas aplicáveis e com projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros, considerando-se unidades de 6 kg (pó químico seco ou CO2) ou 10 litros (água pressurizada).	Portaria 3.214 NR 23	Visual
12.5	Pelo menos um extintor de pó químico seco será instalado no depósito de agrotóxicos e um na proximidade de tanques de combustível e depósitos de lubrificantes. Na proximidade do depósito de agrotóxicos será mantido também um protetor respiratório para o membro da brigada de incêndio que for dar o combate.		Visual
12.6	Sinalização específica será instalada para indicar rotas de saída e especialmente demarcar distâncias mínimas de afastamento em caso de incêndio em áreas sujeitas a explosão ou a emissão de gases tóxicos em caso de fogo.		Visual
12.7	Preventivamente, nas divisas com a faixa de domínio de rodovias onde tenham ocorrido incêndios no passado, serão implantados aceiros com largura mínima de 4,0 metros. Esses aceiros serão mantidos permanentemente livres de cobertura vegetal rasteira, devendo contar com leiras de nível ou outros dispositivos de controle de erosão quando for pertinente. Caso autorizado, os aceiros poderão ser implantados dentro da faixa de domínio.		Visual
12.8	Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal em locais vulneráveis ao fogo terão prioridade na implantação preventiva de aceiros, e poderão vir a ter proteção perimétrica extensiva caso pertinente.		Visual
<b>SEÇÃO XIII - Procedimentos Especiais de Segurança do Trabalho</b>			
<b>XIII.a - Utilização de Agrotóxicos</b>			
<p>Deverão ser observadas todas as normas de Segurança do Trabalho exigidas pela Legislação pertinente ao assunto, em especial as Normas Regulamentadoras Rurais – NRR's, instituídas pela Lei 5.889/73 e aprovada pela PORTARIA MTb Nº 3.067/88 e a minuta das novas normas foram publicadas para consulta pública através da PORTARIA SIT/DSST Nº 17/01.</p> <p>Os defensivos agrícolas deverão ser armazenados em conformidade com os procedimentos da Norma NBR 9843, Normas Regulamentadoras Rurais – NRR's e especificações fornecidas pelos fabricantes.</p>			
13.a.1	As edificações destinadas ao armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e produtos afins terão paredes e cobertura resistentes, possuindo abertura de ventilação, comunicando-se exclusivamente com o exterior e dotada de proteção que não permita o acesso de animais.	NBR 9843	Visual

Item	Instrução	Referência Legal	Forma de Verificação
13.a.2	É vedada a armazenagem de produtos químicos a céu aberto.	NBR 9843	Visual
13.a.3	Os armazéns estarão situados a mais de setenta metros das habitações e locais onde são conservados ou consumidos alimentos, medicamentos ou outros materiais, e de fontes de água.	NBR 9843	Visual
13.a.4	Serão afixadas placas ou cartazes com símbolos de perigo em locais adequados no exterior e interior do armazém.	NBR 9843	Visual
13.a.5	O acesso ao armazém será restrito. A custódia das chaves será de responsabilidade direta do Gerente de Fazenda ou funcionário designado por este, que manterá as portas permanentemente trancadas em períodos de não utilização.		Visual e verbal
13.a.6	Toda retirada e/ou recebimento de produtos no armazém será registrada em Guia de Controle de Entradas e Saídas assinada pelo Gerente de Fazenda. As guias serão emitidas em duas vias, uma delas permanecendo no local e a outra sendo enviada ao Departamento de Compras para controle do estoque e atualização do banco de dados.		Documentada
13.a.7	Todo produto adquirido estará acompanhado pelo respectivo receiptuário assinado pelo Agrônomo responsável da empresa fornecedora. É vedada a aplicação do produto em desacordo com esse receiptuário.		Documentada
13.a.8	A recomendação de doses dos produtos somente poderá ser realizada pelo Agrônomo Supervisor e constará na documentação de requisição da saída do produto do armazém.		Documentada
13.a.9	A saída do produto somente será efetivada após prévia requisição assinada pelo Gerente da Fazenda ou funcionário autorizado pelo mesmo.		Documentada
13.a.10	Os produtos serão sempre estocados em suas embalagens originais, com seus rótulos e bulas.		Visual
13.a.11	É vedada a reutilização, para qualquer fim, das embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e produtos afins, nos ambientes de trabalho.		Visual e verbal
13.a.12	As embalagens serão colocadas sobre estrados, evitando contato com o piso, com as pilhas estáveis e afastadas das paredes e do teto e respeitando altura máxima de empilhamento de 1,60 metros ou menor se houver indicação do fabricante nesse sentido.		Visual
13.a.13	Os produtos inflamáveis serão mantidos em local ventilado e protegido contra centelhas e outras fontes de combustão.		Visual
13.a.14	O espaçamento entre estrados possibilitará a limpeza e descontaminação em caso de vazamento.		Visual
13.a.15	As portas permanecerão abertas sempre que houver um trabalhador manuseando os defensivos no interior do armazém, sendo que as mesmas terão dispositivo anti-trancamento.		Visual
13.a.16	Os funcionários que manuseiam os produtos receberão treinamento prévio sobre os cuidados e procedimentos a serem adotados para cada classe de produto, incluindo instruções sobre atendimento a acidentes envolvendo contaminação ou não de trabalhadores.		Documentada
13.a.17	É obrigatório o uso de EPI's nos processos de aplicação de defensivos agrícolas conforme especificações contidas nas instruções de cada produto.		Visual
13.a.18	O uso de EPI's será uma cláusula contratual para permanência do trabalhador (contratado ou terceirizado) no ambiente de trabalho, podendo haver desde advertência até dispensa em caso de não observação da utilização dos mesmos.		Documentada
13.a.19	Todo trabalhador estará portando equipamentos e roupas de proteção de uso pessoal adequados aos riscos, que assegurem conforto térmico, mantidos devidamente higienizados e em perfeitas condições de uso, substituindo-os sempre que necessário.	Portaria SIT/DSST Nº 17/01	Visual e verbal
13.a.20	Os dispositivos de proteção serão corretamente utilizados mediante instruções sobre os modos corretos de utilizá-los. Para isto será fixadas placas/cartazes ilustrativos nas áreas de trabalho pertinentes.	Portaria SIT/DSST Nº 17/01	Visual e verbal

Item	Instrução	Referência Legal	Forma de Verificação
13.a.21	A guarda da roupa de uso pessoal nas atividades que envolvam manuseio de defensivos agrícolas ou suinocultura será armazenada em local adequado.	Portaria SIT/DSST Nº 17/01	Visual e verbal
13.a.22	Nos locais de troca de roupa será disponibilizado água, sabão e toalhas para higiene pessoal.	Portaria SIT/DSST Nº 17/01	Visual e verbal
13.a.23	Nenhum dispositivo contaminado poderá ser utilizado ou levado para fora do ambiente de trabalho.	Portaria SIT/DSST Nº 17/01	Visual e verbal
13.a.24	É vedado o uso de vestimentas pessoais quando da aplicação de agrotóxicos.	Portaria SIT/DSST Nº 17/01	Visual e verbal
13.a.25	Todo funcionário que tenha manuseado ou aplicado agrotóxicos reportará qualquer malestar ou sintoma dentro das 48 horas posteriores.		Documentada
13.a.26	É vedado o manuseio de qualquer agrotóxico, seus componentes e produtos afins, por menores de 18 anos e por mulheres em idade fértil.		Visual e documentada
13.a.27	É vedado o trabalho em áreas recém-tratadas, antes do término do intervalo de reentrada estabelecido nos rótulos dos produtos.		Visual e documentada
13.a.28	Os defensivos agrícolas somente poderão ser retirados no momento de sua utilização, não sendo permitido o armazenamento em campo de quantidades superiores à necessidade diária de aplicação. Não é permitida a pernoite do defensivo no local. Embalagens fechadas não utilizadas ao longo do dia serão retornadas ao armazém e devidamente registradas no controle de estoque.		Visual e verbal
13.a.29	O transporte do defensivo agrícola do armazém da fazendas até o local de preparação da calda será sempre realizado em recipientes rotulados, herméticos e resistentes.		Visual e verbal
13.a.30	É vedado transportar agrotóxicos no mesmo veículo destinado ao transporte de trabalhadores.		Visual e verbal
13.a.31	As embalagens vazias serão lavadas (tríplice lavagem), perfuradas e estocadas em recintos cobertos conforme detalhado na Seção XI.		Visual
13.a.32	A aplicação aérea será precedida da retirada de todas as pessoas da área a ser pulverizada.		Visual e verbal
13.a.33	Os equipamentos de aplicação dos agrotóxicos, seus componentes e produtos afins, serão mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento e inspecionados antes de cada aplicação, devendo ser operados dentro dos limites, especificações e orientações técnicas do fabricante.		Visual
<b>XIII.b - Utilização de Maquinário Agrícola Pesado</b>			
13.b.1	A velocidade máxima permitida para caminhões e melosa nas estradas internas à cultura e de acesso às edificações é de 40 km/h. Em áreas com existência de fluxo de trabalhadores serão colocadas placas de advertência ou regulamentadoras, inclusive da direção preferencial em caso de cruzamento de fluxos.		Visual e verbal
13.b.2	Tratores, colheitadeiras e uniport respeitarão velocidade máxima de 20 km/hora.		Visual e verbal
13.b.3	O transporte de trabalhadores rurais para as fazendas será em condução apropriada (ônibus), em boas condições de manutenção e dimensionada de acordo com o número a ser transportado. Não é permitido o transporte de trabalhadores, inclusive tercerizados, nas caçambas dos caminhões.		Visual e verbal
13.b.4	É proibido aos operadores dos equipamentos e maquinários levar trabalhadores rurais como passageiros.		Visual e verbal

Item	Instrução	Referência Legal	Forma de Verificação
<b>SEÇÃO XIV – Reclamações</b>			
14.1	Todas as unidades terão em local de fácil visualização (preferencialmente na entrada principal) uma placa informativa contendo dados de contato para comunicação e reclamações da população lindeira (telefone, fax, internet e endereço para correspondência).		Visual
<b>SEÇÃO XV – Documentação</b>			
15.1	Todos os registros e documentos de interesse do SGAS serão arquivados e atualizados na forma especificada nas respectivas <b>Instruções de Registro e Documentação Ambiental</b> .		Documentada



---

**Anexo VI****Sumário da Revisão Ambiental Publicada no Infoshop do Banco Mundial**

---

---

**Anexo VII****Mecanismos de Reclamação Incluído no Plano de Gestão Ambiental e Social da Maggi**

---

<b>Sistema de Gestão Ambiental e Social SGAS</b>		<b>Código: PG 10 – P02</b>
<b>PROGRAMA PG 10</b>	<b>Comunicação e Divulgação</b>	<b>Revisão: 00</b>
		<b>Data: 29/07/2003</b>
<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>Consultas e Reclamações</b>	<b>Folha: 01 de 02</b>

### Objetivos Específicos

O procedimento para consultas e reclamações visa orientar todos os interessados em consultar sobre aspectos ambientais e sociais das atividades do Grupo AMaggi quanto à forma de encaminhamento das suas consultas. A mesma orientação é válida para reclamações.

Ao mesmo tempo, o procedimento define a forma em que as consultas e reclamações serão respondidas e/ou atendidas.

### Encaminhamento de Consultas e Reclamações

Todos os interessados poderão encaminhar consultas e/ou reclamações ao Grupo AMaggi através de uma das seguintes formas:

- Mediante correspondência ou fax endereçado ao Gerente de Meio Ambiente;
- Verbalmente através do telefone indicado em local acessível de cada Unidade Produtiva;
- Mediante entrega de documento escrito nas Unidades Produtivas;
- Através do *site* na INTERNET.

Todas as Unidades Produtivas contarão com cartazes afixados em local visível e acessível para a população linceira, nos quais constarão as seguintes informações:

- Telefone para consultas e reclamações;
- Endereço na INTERNET;
- Nome do responsável pela Unidade.

### Resposta / Atendimento

Será responsabilidade da EGA o encaminhamento das respostas a todas as consultas e reclamações. Esse encaminhamento será realizado dentro do prazo máximo de 30 dias.

Toda resposta relativa a consultas e/ou reclamações que afetam uma Unidade Produtiva de maneira específica exigirá a participação do respectivo Gerente. Respostas a consultas que afetam genericamente toda uma Superintendência envolverão a participação do respectivo Superintendente.

Cabe ao *sitemaster* a triagem de consultas e reclamações recebidas via INTEWRNET assim como o encaminhamento das respostas enviadas pela EGA.

<b>Sistema de Gestão Ambiental e Social SGAS</b>		<b>Código: PG 10 – P02</b>
<b>PROGRAMA PG 10</b>	<b>Comunicação e Divulgação</b>	<b>Revisão: 00</b>
		<b>Data: 29/07/2003</b>
<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>Consultas e Reclamações</b>	<b>Folha: 02 de 02</b>

### **Avaliação de Consultas e Reclamações**

A EGA levará um registro de consultas e reclamações na forma da *Lista de Consultas e Reclamações* (PG10 – P02 – F1). Nessa planilha todas as consultas e reclamações são agrupadas tematicamente. Temas recorrentes serão objeto de análise e avaliação e poderão motivar a revisão de aspectos específicos das *Instruções de Controle Ambiental* integrantes do SGAS.